

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Fernanda Ayaviri Matuk

**Planejamento Sustentável e Espaço Vivido: Entre o real
e o ideal**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Viçosa, MG
Julho – 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Fernanda Ayaviri Matuk

Planejamento Sustentável e Espaço Vivido: Entre o real e o ideal

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski (Orientador)

Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. João Luiz Lani (Co-orientador)

Universidade Federal de Viçosa

Viçosa, MG

Julho - 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Fernanda Ayaviri Matuk

Planejamento Sustentável e Espaço Vivido: Entre o real e o ideal

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski (Orientador)

Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Ulysses da Cunha Baggio

Universidade Federal de Viçosa

Prof. Ms. Rafael de Ávila Rodrigues

Universidade Federal de Viçosa

Viçosa, MG

Julho - 2009

Dedico esse trabalho a minha família,
meus amigos, professores e a minha
avó, que me ajudaram a cumprir a
“jornada” de concluir os estudos em
um território tão distante de minha
família!

“(...) o tráfego das ruas possui algo de repugnante, algo contra o qual a natureza humana se revolta. As centenas de milhares de indivíduos de todas as classes e de todas as categorias que esbarram todas entre si, não são todos homens com as mesmas qualidades e capacidades, e com o mesmo desejo de serem felizes? E não devem, talvez, todos procurarem a felicidade através dos mesmos caminhos e com os mesmos meios? No entanto estes passam um diante do outro apressados como se nada tivessem em comum, nada a ver um com o outro, e entre eles há só o tácito acordo de que cada um se mantém do lado direito da sarjeta, para que as duas correntes da massa, que se precipitam em direções opostas, não atrapalhem o caminho uma da outra; no entanto ninguém pensa dignar aos outros um só olhar. A bruta indiferença, o insensível isolamento de cada um em seu interesse pessoal emerge de modo tanto mais repugnante e ofensivo, quanto maior for o número desses indivíduos que são comprimidos num espaço restrito; e mesmo sabendo que este isolamento de cada um, este estreito egoísmo, é em todo lugar o princípio fundamental de nossa sociedade, no entanto em nenhum lugar ele se revela de modo tão manifesto e aberto, tão consciente como aqui na massa da grande cidade [...] É por isso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é declarada aqui abertamente” (ENGELS, apud QUAINI, 1979, p. 145).

RESUMO

Este trabalho teve a intenção de construir um tema interdisciplinar, capaz de abarcar conteúdos da Geografia Física e Humana, que historicamente têm sido dicotomizados. Articularam-se ambas as áreas dentro de um único objetivo: analisar a aplicabilidade do planejamento sustentável de uso dos recursos em assentamentos rurais mediante a realidade do espaço vivido de um grupo de assentados. Questão que entra na discussão atual dos limites para o planejamento sustentável quando se analisa a escala local de implementação de planos de uso dos recursos naturais. A importância do trabalho se explica pela necessidade em se avaliar hoje as limitações e avanços promovidos pelos planejamentos ambientais realizados em assentamentos rurais. O estudo envolve diferentes atividades: conhecimento da área, dos assentados, elaboração de mapas e confronto entre o que a proposta prevê como praticável e o que não condiz com a realidade do espaço vivido local. Analisa-se a aplicabilidade do planejamento produtivo do Plano de Desenvolvimento do assentamento (PDA) e do plano de uso do solo gerado na monografia. Observaram-se quais fatores dificultam a adesão da proposta de planejamento pelos assentados, de modo a obterem sustentabilidade ambiental. Ou seja, como interagem o ideal, proposto no planejamento, e o real, o espaço vivido. A análise se baseou na discussão de Henry Lefebvre sobre as diferentes concepções de espaço, que abarcam a apreensão mental (concebido, representado) e o espaço social (construído, projetado). Todos os assentamentos em fase de implantação passam por um planejamento territorial e produtivo. Utilizou-se neste trabalho dados anteriormente levantados pela equipe elaboradora de PDA e elaborou-se um planejamento voltado para o uso do solo. O assentamento Olga Benário foi criado em 2005, as famílias já desenvolvem produção e possuem uma organização interna; portanto já se construiu um espaço vivido dentro do assentamento. Os resultados apontaram que os aspectos socioeconômicos, culturais e a falta a apoio de políticas públicas são, prioritariamente, os fatores que mais dificultam a adequação da proposta de planejamento ao assentamento. Questionam-se os limites para a efetivação da sustentabilidade dentro do modelo de organização socioespacial da sociedade atual, que desfavorece a emancipação dos agricultores familiares, limites que estão condicionados a um modelo de Reforma Agrária, cujo caráter é mais assistencialista do que de reforma realmente.

ABSTRACT

This work had the intention to build an interdisciplinary subject, able to cover contents of physical and human Geography, which have historically been dichotomized. It was possible to link both areas within a single goal: to analyze the applicability of planning sustainable use of resources in rural settlements on the reality of a group of settlers' "living space". This matter enters the current discussion of the limits for planning sustainable when considering the local implementation of plans for use of natural resources. The importance of the work is explained by the need to assess whether the limitations and advances today promoted by the environmental planning conducted in settlements. The study involves different activities: knowledge of the area and of the settlers, preparation of maps and confrontation between what of the proposal is practicable and what is not consistent with the reality of living space for settlers. It was analyzed the applicability of the productive planning done in the Development Plan of the Settlement (PDA) and the planning of land use generated in the monograph, as well as the factors which impair the settlers to join the planning proposal in order to achieve environmental sustainability. That is, how it interacts, the ideal, proposed in the planning, and real, the lived space. The analysis was based on a discussion of Henry Lefebvre on different conceptions of space, relative to the seizure mental (designed, represented) and social space (built, designed). All rural settlements are under implementation of territorial and production planning. It was used in this study data previously collected by the team and established makers of PDA and it was made a plan for the use of soil. The settlement Olga Benário was established in 2005. The families already have some production and have a social organization, so they have built a living space within the settlement. The research results showed that the socioeconomic and cultural aspects, and lack of support of public policies are, first, the factors that hinder the further suitability of the proposed plan to the settlement. It was questioned the limits to the effectiveness of sustainability within the model of social and spacial organization in today's society, the emancipation of that disadvantage farmers and the limits that are conditional on a model of Agrarian Reform, whose character is more supporting than really a reform.

Lista de Siglas

AEC	Área de Exploração Coletiva
AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola
APP's	Áreas de Proteção Permanente
ATES	Serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental
CCMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DRP	Diagnostico Rápido Participativo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GX	Gleissolo Háplico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LVA	Latossolo Vermelho-Amarelo
MG	Minas Gerais
MST	Movimento-Sem-Terra
NB	Núcleo de Base
NY	Neossolo Flúvico
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PV	Argissolo Vermelho
PVA	Argissolo Vermelho-Amarelo
RL	Reserva Legal
SAF	Sistema Agroflorestal
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

Lista de Quadros

Quadro 1	21
Quadro 2	21
Quadro 3	22
Quadro 4	23
Quadro 5	25
Quadro 6	29
Quadro 7	29
Quadro 8	30
Quadro 9	32
Quadro 10	32
Quadro 11	33
Quadro 12	36
Quadro 13	38
Quadro 15	42
Quadro 16	47

Lista de Figuras

Figura 1	19
Figura 2	24
Figura 3	27
Figura 4	27
Figura 5	28
Figura 6	40

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	12
1.1- A Reforma Agrária no Brasil e o território	12
1.2- Sustentabilidade ambiental	14
1.3- Espaço vivido, conflitos e a Reforma Agrária	15
2- METODOLOGIA	17
2.1- Levantamentos de dados realizados anteriormente	17
2.2- Ações voltadas para o desenvolvimento do projeto	18
3- INFORMAÇÕES GERAIS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO ASSENTAMENTO	
3.1- Caracterização do meio físico e biótico	20
3.2- Caracterização socioeconômicas e culturais	21
4- CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO	24
4.1- Histórico de uso e ocupação	24
4.2- Caracterização do meio físico e biótico	25
4.2.1- Áreas de preservação: Reserva Legal e APP's	26
4.2.2- Solos e Estratificação ambiental	26
4.2.2.1- Uso do solo	29
4.2.2.2- Potenciais e limitações dos recursos naturais	31
4.3 – Características socioeconômicas e culturais	
4.3.1- Características das famílias assentadas e organização social e econômica interna	33
4.3.2- Relações do assentamento com agentes externos	33
4.3.3- Infra-estrutura social básica	35
4.3.4- Sistema produtivo e organização do trabalho	37
4.3.5- Organização territorial	39
5 – PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL DO USO DO SOLO	44
5.1- Planejamento da AESCA	44
5.2- Zoneamento Ecológico-Econômico	46
6- ENTRE O REAL E O IDEAL: O PLANEJAMENTO E O ESPAÇO VIVIDO	46
6.1- Expectativas e perspectivas das famílias assentadas	46
6.2- Sinergias e contradições do planejamento com a realidade dos assentados	48
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
8 – BIBLIOGRAFIA	49

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL E ESPAÇO VIVIDO: ENTRE O REAL E O IDEAL

1- INTRODUÇÃO

1.1- Contexto e questões relacionadas com a Reforma Agrária no Brasil e o território

A criação de assentamentos no Brasil tem início nos anos 60 com a promulgação do Estatuto da Terra¹, impulsionada nos anos 70 com o advento dos projetos de colonização para as regiões Oeste e Norte do país. Em 80, e principalmente a partir dos anos 90 a pressão dos movimentos sociais na luta por acesso à terra tem forçado o Estado a criar assentamentos rurais como estratégia para redistribuir terras, sem no entanto, implementar uma verdadeira Reforma Agrária, que supõe uma reforma da estrutura fundiária predominante nacionalmente (BERGAMASSO, 1997).

A gestão do território brasileiro trás em si traços herdados do período da colonização, como a ideologia da conquista do território, que se expressa num padrão extensivo (do ponto de vista do espaço) e intensivo (do ponto de vista dos recursos naturais) de uso do solo. As elites brasileiras assimilaram essa postura, vendo o crescimento econômico como resultado da conquista de espaços ainda não explorados; aproveitando-se da grande extensão do país e apoiadas pelos governos e expulsando os expropriados (MORAES, 1997).

O agravamento dos problemas relacionados à questão agrária no Brasil está fortemente vinculado ao modelo econômico capitalista e ao avanço da modernização, que se expandiu sobre o território nacional principalmente a partir de 70. Os efeitos foram uma acelerada urbanização e o aumento da concentração de terras no campo, não acompanhados de projetos que amenizassem os impactos

¹ Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 que prevê a constituição de projetos de colonização e a criação de assentamentos de Reforma Agrária visando a distribuição de terras e o cumprimento da função social da terra, combatendo o latifúndio e promovendo o desenvolvimento de relações capitalistas no espaço agrário (FREITAS, 2005).

sociais causados pelo intenso êxodo rural. Os movimentos sociais de luta por terra no Brasil são produto de uma histórica concentração de terras (GRAZIANO, 1982).

Segundo Martins (2000), é uma condição funcional para o capitalismo persistir que uma parcela da população se encontre parcial ou marginalmente inserida no processo de reprodução social; vivendo na linha da pobreza. Entretanto a intensificação desse efeito de relativa exclusão provocou o fortalecimento dos movimentos sociais, lutando pela permanência no campo e contra o processo de desterritorialização a que vinham sendo condicionados. As ocupações de terras realizadas nesse contexto pelo Movimento-Sem-Terra (MST) revelam a incapacidade e o desinteresse do capitalismo em incluir toda a sociedade no processo de inserção social de maneira efetiva (FERNANDES, 1999).

A consequência deste processo é a desterritorialização de uma parcela da sociedade, ou seja, a perda da autonomia ou do direito de permanecer no espaço que um grupo social utilizava para viver (HAESBAERT, 2002). Porém, em contrapartida, novas territorialidades são engendradas, no meio urbano, pelo crescimento das periferias, no campo, pela instalação de grandes latifúndios, e posteriormente pela ocupação de terras e criação dos assentamentos rurais (FERNANDES, 1999). Territorialidade corresponde à forma como as relações sociais de poder se materializam sobre o espaço, envolve uma dimensão material e uma simbólica de como a sociedade se identifica com o espaço (SOUZA, 2007).

Neste contexto estabeleceu-se uma Reforma Agrária, para a contenção dos movimentos sociais, que se direciona principalmente a áreas que se constituem foco de tensão social, desacompanhada de políticas públicas suficientes e de alterações no padrão de produção agrícola, e tem sido chamada de política compensatória (MOREIRA, 1999).

As pessoas que participam dos movimentos sociais agrários são das mais variadas naturezas: arrendatários, posseiros, pequenos produtores em luta pela permanência na terra, pessoas que sempre viveram na periferia. Uma grande parcela delas vive no meio urbano, mas vivia anteriormente no campo ou teve sua família expropriada de suas pequenas propriedades. A constituição de assentamentos rurais promove o fluxo de pessoas dos centros urbanos para o campo e a reconfiguração do espaço rural, na construção de territorialidades, ou seja, formas de apropriação e afirmação dos grupos envolvidos com a luta pela terra e a Reforma Agrária sobre o espaço envolvido na criação dos assentamentos rurais.

A Reforma Agrária não abarca apenas pessoas do meio rural. A crise do espaço urbano, provocada por más condições de saúde, educação e habitação, tem ocasionado o movimento de pessoas da cidade para o campo. Assim, muitas pessoas que vivem no meio urbano se agregaram aos movimentos de luta pela terra, sendo incluídas nos projetos de assentamentos (MARQUES, 2004).

A permanência da agricultura familiar na ordem capitalista pressupõe o acesso à terra: seja pela compra ou por outros processos sociais sujeitos à legitimação, tanto na ordem jurídica quanto na ordem cultural (MOREIRA, 1999). Os assentamentos rurais têm atenuado o problema da evasão do campo e da suburbanização de centros urbanos. Contudo, disponibilizar terra não é o suficiente, é preciso oferecer meios para que as pessoas assentadas possam se desenvolver socioeconomicamente, assim como conciliar este desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais (SPAROVECK, 2003). A assistência técnica é essencial, pois as pessoas estão começando a ocupar um ambiente desconhecido, algumas não têm experiência de trabalho com a terra e as que já a possuíam precisam adaptar seus costumes à nova área na qual foram inseridas (VILELA, 2002).

1.2- Sustentabilidade ambiental

Atualmente, o agravamento de problemas socioambientais globais, caracterizados pelos efeitos da degradação da natureza e pela crise social envolvendo o trabalho e as relações humanas, tem incentivado a criação de formas de gestão do espaço mais próximas da conciliação de interesses econômicos, sociais e ambientais. Assim tem-se tentado resgatar a agricultura familiar na criação e organização territorial do assentamento. Neste contexto, sociedade civil, órgãos ambientais e movimentos ambientalistas têm pressionado o Estado e, conseqüentemente, o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), a incorporar a perspectiva de sustentabilidade no processo de constituição de assentamentos; o que tem ocorrido pela adoção do Licenciamento Ambiental e do planejamento participativo (INCRA, 1999). Assim, a sustentabilidade tem se destacado como uma das prioridades no Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA), documento necessário para o licenciamento ambiental dos assentamentos.

O PDA é realizado na fase de implantação dos assentamentos visando elaborar um planejamento territorial e produtivo que auxilie o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas e a sustentabilidade ambiental da área. Nos assentamentos do Movimento-Sem-Terra (MST) têm sido elaborados pelas entidades prestadoras de serviço de assessoria técnica² (INCRA, 1999). Questiona-se se a sustentabilidade almejada tem sido alcançada e se os critérios necessários à obtenção da sustentabilidade têm sido considerados durante o planejamento. O conceito hegemônico de sustentabilidade atual foi instituído pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), para a qual: “*o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*”. (CMMAD *apud* FREITAS, p. 18, 2005). Segundo MOREIRA, (1999), a idéia de sustentabilidade no seu sentido geral “*está associada ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro e trás implícita a idéia de que a solução por meio da técnica é possível*” (MOREIRA, p. 178, 1999).

Acredita-se que medidas administrativas - como a adoção do planejamento participativo e de tecnologias adequadas sejam suficientes para que se alcance a sustentabilidade (ZHOURI, 2008). Não se questiona a base do problema que gera a crise ambiental: as características da produção de conhecimento do homem e o modelo econômico por ele adotado, que direciona seu saber e sua forma de se apropriar do espaço (LEFF, 2007).

Entre os limites para a efetivação da sustentabilidade proposta tem-se desde fatores de ordem macro estruturais a fatores de escala local, a começar pela própria estrutura fundiária do Brasil, que se mantém concentradora e pela ausência de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento socioeconômico dos assentados. Esta realidade reflete a concepção cultural que se tem no Brasil do que é agricultura familiar, vinculada á idéia de garantia da subsistência, manutenção da unidade da família e da propriedade, responsável por ter historicamente naturalizado esta camada da sociedade como uma parcela excluída do progresso social, bastando-lhe a auto-reprodução (MOREIRA, 1999).

² Serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) constitui-se na política pública de assessoria técnica às famílias assentadas inseridas na Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Uma das formas de análise desta questão foi proposta pela crítica da Ecologia Política (EP), que avançou com estudos interessados na compreensão dos limites que impedem a efetuação da sustentabilidade. Segundo a EP a visão hegemônica de desenvolvimento sustentável desconsidera as dinâmicas sociais e políticas da sociedade. Esta linha de pensamento enfatiza que a questão da sustentabilidade envolve a análise da atuação política dos diversos grupos envolvidos e dos conflitos que surgem neste campo. A EP também inclui nesta análise o questionamento do modelo produtivo industrial, tratado no pensamento hegemônico atual como estado final de um processo de evolução natural. Ao contrário, tal perspectiva chama atenção para a diversidade cultural e os direitos territoriais, construídos historicamente sob interesses, e nega a idéia do meio ambiente como espaço inerte, separado das condições sociais (ZHOURI, 2008). Portanto a percepção e concepção do espaço, ou do meio ambiente varia de acordo com as experiências e visões de mundo dos sujeitos, bem como com sua forma de apropriação do meio em que vivem.

Na escala local, a análise desta questão pode ser feita com base na investigação dos motivos que dificultam a conjugação de fatores de produção, terra, capital e trabalho, na perspectiva de sustentabilidade, dentro do planejamento participativo dos assentamentos rurais.

1.3- Espaço vivido e conflitos relacionados à concepção de espaço dos atores sociais envolvidos com a Reforma Agrária

A teoria de Henry Lefebvre embasa a discussão referente à maneira como se constitui e se arranja o espaço vivido, que se enquadra na análise desta questão dentro dos assentamentos rurais, ao conceituar diferentes concepções sobre o espaço geográfico, que interagem quando se põe em prática o planejamento do uso do espaço do assentamento. O autor propõe uma tríade conceitual composta pelo espaço físico, percebido, concreto (espaço da prática, materialismo), o espaço concebido, planejado ou abstrato (representação do espaço, idealismo) e finalmente, o espaço vivido, que surge quando as concepções do espaço são transferidas para a prática (encontro entre os espaços das representações, materialismo e idealismo).

Diferentes significações para o conceito traduzem diferentes concepções e formas de apropriação e produção do espaço. É no espaço vivido que as concepções divergentes sobre a apropriação ou produção do espaço geram situações

conflituosas, por exemplo, quando propostas de planejamento espacial ou territorial são implementadas numa determinada área. Depreende-se que três entidades, capitalistas, planejadores do uso do espaço e assentados interagem, formando um complexo de forças que se arranjam estruturando o espaço vivido.

Trata-se da interação de grupos e relações socioespaciais diferenciadas. Os planejadores das instituições públicas lidam não apenas com grupos heterogêneos que ocupam o espaço planejado, mas também com suas próprias concepções do espaço, pressupostos teóricos que são assimilados culturalmente durante sua formação profissional, etc; que devem, por sua vez, corresponder aos regulamentos e normas em relação à Reforma Agrária, à Legislação ambiental, entre outros. Trabalhou-se com o pressuposto de que a maioria das equipes de planejamento inclui de forma parcial informações relevantes sobre os grupos beneficiados pelo planejamento, o que tem contribuído para uma lacuna neste sentido.

Segundo Lefébvre (1972, apud LASCHEFSKI, 2008), o espaço é social e politicamente produzido. A sociedade, ao se espacializar, imprime formas no espaço por meio de sua organização, e sempre o faz numa estrutura de organização que envolve poder (HAESBERT, 2002). As relações de poder, embutidas na forma como as sociedades se apropriam de determinados recortes espaciais, definem o território (SOUZA, 2007). Contudo, a dimensão territorial não será o foco deste trabalho, mas será tratada indiretamente, por estar intrinsecamente ligada ao espaço vivido, que abarca atores com diferentes interesses e ideologias, cujas ações têm uma dimensão política e se dão sobre um território a ser organizado segundo estes interesses.

Como o planejamento prevê a participação dos grupos assentados, visando o desenvolvimento sustentável, uma das questões interessantes é observar em que grau existe possibilidade de conciliar as demandas territoriais diferenciadas em jogo. Como estabelecer um planejamento que abarque as relações socioespaciais envolvidas na área e possa ser executado de modo a alcançar a sustentabilidade? A partir do arcabouço teórico delineado este trabalho visa analisar as possíveis situações conflituosas no âmbito da implementação do planejamento sustentável de uso de assentamentos rurais. O assentamento Olga Benário, localizado em Visconde do Rio Branco - MG - se destaca por abranger grupos de diferentes origens (famílias vindas de áreas urbanas e rurais; da região e de outras regiões), ter interferência de técnicos do MST, assistência técnica de pesquisadores militantes do movimento e de

professores que trabalham com Agroecologia, vinculados à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Analisou-se a aplicabilidade do planejamento participativo da equipe de PDA, Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), visando a produção no assentamento e do planejamento de uso do solo elaborado neste trabalho, que segue as linhas propostas no planejamento produtivo do PDA.

2 – METODOLOGIA

2.1 - Levantamentos de dados realizados anteriormente

O presente trabalho pode ser implementado por terem sido realizados anteriormente o conhecimento da área, dos assentados, o acompanhamento da elaboração do PDA, através da participação de reuniões da AESCA; a observação participante de oficinas realizadas com os assentados por equipes de pesquisa da UFV e visitas voltadas para a produção de mapas temáticos da área - atividades desenvolvidas dentro de projetos pesquisa de pós-graduação da UFV³.

Também foram realizadas durante este projeto 13 entrevistas. Destas, 12 com famílias de cada um dos 3 núcleos do assentamento e 1 com o técnico de planejamento territorial, ou parcelamento, do PDA. As famílias foram selecionadas observando-se a prática com a agricultura, o conhecimento do local e a origem urbana, buscando abranger os diferentes casos encontrados no assentamento. As entrevistas foram semi-estruturadas, como o intuito de auxiliarem a fluência da conversa e das informações, que foram gravadas e transcritas.

As perguntas para os assentados se dirigiram: a sua percepção ambiental, anseios e demandas, compreensão e opinião sobre o planejamento, organização produtiva e relações de trabalho. As perguntas para o técnico se centraram no planejamento: como características físicas e sociais do assentamento influenciam o parcelamento; que fatores dificultam que o planejamento contemple os desejos e expectativas das famílias; pontos que se mostraram como problema para o diálogo; definições que, a seu ver, poderiam ter sido diferentes.

³ “Planejamento Territorial e Aspectos Sócio-ambientais: um modelo teórico e operacional de referência para parcelamento de terras em assentamentos”. “Planejamento Territorial, Percepção Ambiental e Construção do Conhecimento Agroecológico em assentamentos de Reforma Agrária”. “Percepção Ambiental e construção do conhecimento de solos em assentamento de reforma agrária”.

2.2 - Ações voltadas para o desenvolvimento do projeto

O trabalho consiste em três etapas cujas atividades se encontram sistematizadas na Figura 1:

- I- Sistematização de informações anteriormente obtidas e de dados levantados pelo novo trabalho de campo programado, relativas aos aspectos socioeconômicos, culturais e físicos do assentamento Olga Benário e de sua relação com a área de influência do assentamento.
- II- Elaboração de um Zoneamento Econômico-Ecológico para o assentamento utilizando mapas de autoria própria elaborados em ARC GIS, versão 9.3
- III- Avaliação das sinergias e contradições entre o planejamento de uso do solo da AESCA e do planejamento gerado na monografia e o espaço vivido da comunidade assentada.

Etapa I: visou sistematizar as informações levantadas. Os dados foram complementados por informações obtidas em novas entrevistas semi-estruturadas, realizadas com um dos assentados, antigo trabalhador da fazenda e com um técnico do MST que atua hoje no planejamento produtivo. Foram sistematizados dados do PDA, que, apesar de se encontrar finalizado, aguarda a aprovação do INCRA.

Etapa II: se refere aos mapas. A partir dos mapas elaborados, gerou-se um planejamento de uso do solo, baseado nas diretrizes do PDA para o planejamento produtivo. Esta etapa teve a finalidade principal de instruir a capacitação para este tipo de atividade, de reflexão sobre as informações geradas nos mapas. Utilizou como base: fotointerpretação de imagem de satélite IKONOSII da área do assentamento; curvas de nível e rede de drenagem do IBGE, em escala 1:50000; mapas temáticos elaborados anteriormente em ARC GIS, versão 9.3 (Modelo Digital de Elevação (MDE), Unidades Ambientais de Solos, Estratificação de Ambientes, utilizando o solo como elemento estratificador, e Uso do Solo). O levantamento expedito foi uma alternativa, por não haver análise física, química e mineralógica dos solos na época de sua elaboração. Os

novos mapas produzidos foram: de Declividade, com base nos critérios da EMBRAPA; Ambiental – contendo Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Reserva Legal. Foram realizadas as seguintes etapas: checagem dos mapas; elaboração de uma chave de identificação dos solos, de tabelas contendo dados referentes às características socioeconômicas das famílias assentadas e dos mapas representativos do meio físico; cruzamento dos dados socioeconômicos e físicos; elaboração do planejamento de uso do solo, baseado no planejamento produtivo da AESCA, sistematizado no Zoneamento Ecológico-Econômico.

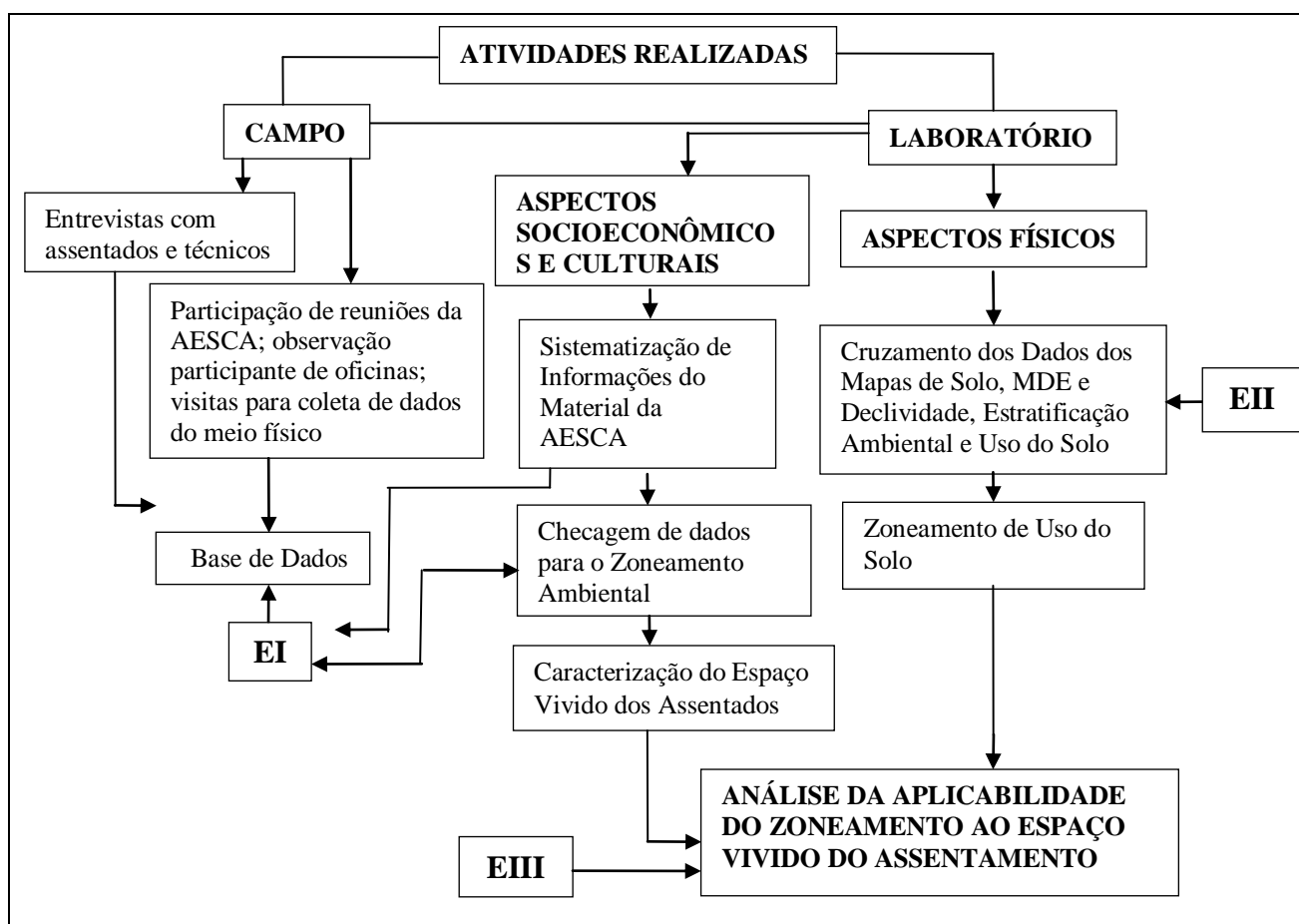


Figura 1: Organograma das atividades realizadas na pesquisa da Monografia.

Etapa III: utilizou como metodologia a pesquisa quantitativa, na análise de dados tabelados e qualitativa, tratando-se das entrevistas. Avaliaram-se as contradições e sinergias entre os planejamentos produtivo, do PDA, e de uso do solo, elaborado na etapa II e o espaço vivido, que contém a realidade do assentamento. Foram considerados durante esta análise:

- Aspectos socioeconômicos das famílias, para avaliar a capacidade de consumo e investimento na produção e a urgência para a obtenção de renda através da produção;
- Traços culturais dos assentados: costumes relacionados à forma de produzir, de se relacionar para o trabalho e sociabilidade.
- Relações de produção, organização produtiva e capacidade de emprego de mão-de-obra, aspectos que indicam se as propostas sugeridas pelo planejamento, bem como tecnologias indicadas, coincidem com a mão-de-obra disponível e com a organização das relações de produção;
- Atividades produtivas e projetos de vida, que viabilizam a avaliação do que se propôs no planejamento (o que pode ou não ser posto em prática); se o planejamento condiz com os planos das famílias para o futuro e s incongruências entre as duas concepções de espaço, dos assentados e planejadores.

3-INFORMAÇÕES GERAIS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO ASSENTAMENTO

3.1- Caracterização do meio físico e biótico

A precipitação média anual do município de Visconde do Rio Branco é de 1.221,4 mm. O regime de chuvas é irregular, tipicamente tropical e a temperatura média anual é de 19,4° C, sendo a média máxima anual 26,4° C e a mínima 14,8° C. A região é composta por rochas do Grupo Piedade; englobando gnaisses bandeados associados a migmatitos, com intercalações de anfíbolitos e hornblenda-gnaisses (MANCIO, 2008). A região se insere na depressão do Rio Paraíba do Sul, no interior de MG encontra as escarpas da Mantiqueira, ao norte a Serra de São Geraldo; em direção ao centro do estado alonga-se pelos rios Pomba e Novo. O município pertence à região dos “mares de morro florestados” (AB’SABER, 1970), com predomínio de formas côncavo-convexas, planícies aluviais e alinhamentos de cristas isoladas. Predomina o relevo forte ondulado (AESCA, 2008).

A região é drenada pelos Rios São Geraldo e São Clemente, inseridos nos domínios da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Este rio encontra-se atualmente com margens assoreadas e vazão reduzida e poluição provocada principalmente por fertilizantes e agrotóxicos, auxiliada pela escassez de um sistema adequado de coleta e tratamento de

esgoto. Os principais cursos d'água do município são: o Rio Xopotó e os ribeirões Piedade e Santa Maria (AESCA, 2008).

O município se insere na Mata Atlântica, que é considerada um hotspot de biodiversidade, área de grande biodiversidade, com alto nível de espécies endêmicas e que deve ser destinada à conservação. Apesar do grande desmatamento ocorrido, ainda há ricos remanescentes de mata a serem conservados, como o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Parque Nacional do Caparaó, etc. A região se encontra bastante desmatada, uma vez que foi pioneira no setor de produção de cana-de-açúcar, seguida pela pecuária extensiva. Não há muitas espécies remanescentes do bioma Mata Atlântica (AESCA, 2008).

Predominam em Visconde do Rio Branco Argissolos, que se caracterizam por alta susceptibilidade à erosão e gradiente textural entre os horizontes A e B, favorecendo o escoamento superficial e a compactação do solo, quando utilizados sem o manejo adequado. Os Latossolos ocupam áreas de chapada e os Cambissolos estão associados a afloramentos rochosos, ocorrendo em menor proporção. O uso predominante destes solos é a pastagem (AESCA, 2008).

3.3 – Caracterização socioeconômico e cultural

A área de Visconde do Rio Branco é de 242,2 km², com 35.346 habitantes e densidade demográfica de 135,1 habitantes km⁻². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal é 0,75. Tem se verificado na última década o crescimento da taxa de urbanização, acompanhado pelo crescimento econômico, que tem se associado à melhoras infra-estruturais (AESCA, 2008). Observa-se que houve um considerável acréscimo na arrecadação municipal nos últimos anos (Quadro 1).

Quadro 1: Arrecadação Municipal de Visconde do Rio Branco - MG - 2001 a 2004

Ano	ICMS	Outras	Total
		(R\$)	
2001	4.260.164	2.055.791	6.315.955
2002	4.650.756	2.259.908	6.910.664
2003	5.186.064	2.495.926	7.681.990
2004	5.297.012	3.159.538	8.456.550

Fonte: (AESCA, 2008).

Junto com o crescimento econômico tem ocorrido o aumento da população do meio urbano em detrimento da diminuição da população rural (Quadro 2). Este dado pode ser interpretado como resultado do aumento da oferta de empregos e melhora da qualidade de vida no meio urbano, bem como redução da demanda por trabalhadores no meio rural e de disponibilidade de terra.

Quadro 2. População residente em Visconde do Rio Branco - MG - 1970 a 2000

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	13.832	11.374	25.206
1980	17.271	8.986	26.257
1991	21.040	7.481	28.521
2000	25.889	6.709	32.598
2005	-	-	35.196
2007	-	-	35.346

Fonte: (AESCA, 2008).

O Sistema educacional do município é constituído por escolas estaduais, municipais e privadas. Os cursos de nível superior identificados são Administração (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Normal Superior (Licenciatura) e Sistema de Informação (bacharelado). O deslocamento dos estudantes do meio rural para o meio urbano é viabilizado pela Prefeitura. Em 2000, 33,5% da população acima de 25 anos possuía menos de 4 anos de estudo, e o analfabetismo identificado dentro desta faixa etária foi de 15,7%.

Visconde do Rio Branco foi pioneiro no ramo açucareiro em MG. Hoje pequenas e médias indústrias vêm se instalando na cidade, assim como fábricas de móveis e confecções. Atualmente têm-se como indústrias de maior importância a Rio Branco Alimentos, “Pif-Paf” (abatedouro de frangos e fábrica de ração animal); a indústria de sucos naturais “TIAL”, conhecida a nível nacional, e a AGROFRUIT, que tem mercado para exportação (AESCA, 2008). Em 2000 o setor de serviços e o industrial foram responsáveis por ocuparem de mais de 70% da população.

Quadro 3. População ocupada por setores econômicos: V. do Rio Branco - MG - 2000

Setores	Pessoas	
	(número)	(%)
Serviços	4.863	36,49
Industrial	4.479	33,61
Comércio de mercadorias	2.261	16,96
Agropecuário, extração vegetal e pesca	1.723	12,92
Total	13.326	100

Fonte: (AESCA, 2008).

A economia atual baseia-se nas seguintes atividades: agroindústria açucareira, pecuária leiteira, suinocultura e avicultura, havendo grande produção de leite, ovos e mel. As principais atividades de extração vegetal são carvão vegetal, lenha e madeira em tora (AESCA, 2008).

A infra-estrutura de saúde apresenta 7 hospitais públicos e 14 privados. O tratamento e a distribuição da água são realizados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), que abastece aproximadamente 80% da população e a captação e destinação do esgoto é feita pela Prefeitura. O tratamento de esgoto através da rede geral (pluvial) atende a aproximadamente 80% da população urbana, a maior parte do restante da população despeja o esgoto diretamente em rios. O destino do lixo indicou que grande parte do lixo é queimada e enterrada nos lotes.

O serviço de transmissão de energia elétrica é executado pela Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, atende apenas 1.354 pessoas do meio rural, enquanto 99% dos estabelecimentos urbanos são abastecidos. Foi implantado no município o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, “Luz para Todos”, visando levar energia para todas as propriedades rurais. O assentamento terá acesso à energia dentro deste programa, entretanto, sob a condição de ter sido efetuada a demarcação dos lotes, após a aprovação definitiva do PDA. A empresa Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (TELEMAR) é a responsável local pelos serviços de telefonia. Existem 1 emissora de rádio e 2 jornais de circulação diária.

Visconde do Rio Branco possui um Conservatório Estadual de Música, um Museu Histórico dotado de rico acervo artístico e uma Academia de Letras. Conta com uma área de preservação ambiental, a Serra da Piedade, utilizada também pelo turismo, e a Serra de Santa Maria, que abriga várias cachoeiras, grande diversidade de fauna e flora da área e serve para camping.

Predominam na estrutura fundiária do município propriedades entre 5 ha e 50 hectares (ha). O maior número de estabelecimentos corresponde a propriedades com menos de 5 ha, sendo 22,13%. Aproximadamente 50% da área total do município concentram propriedades entre 50 e 1.000ha. O número de estabelecimentos agropecuários e a área total destes se encontram no Quadro 4.

Quadro 4. Estrutura fundiária de Visconde do Rio Branco - MG -2002

Classe de área total (ha)	Nº de imóveis	Área total (ha)
Até 5	358	1.076,80
Mais de 5 até 10	321	2.344,80
Mais de 10 até 50	362	7.583,60
Mais de 50 até 100	43	3.011,80
Mais de 100 até 500	31	6.511,00
Mais de 500 até 1.000	1	868,80
Mais de 1.000 até 5.000	-	-
Mais de 5.000 até 10.000	-	-
Total	1.116	21.396,80

Fonte: AESCA, 2008.

Por não ser uma área de grande concentração fundiária, é incomum a existência de movimentos de luta pela terra na região, embora haja esta demanda. O assentamento Olga Benário é a única área de Reforma Agrária do município.

4 – CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

4.1- Histórico de uso do e ocupação

O assentamento Olga Benário, antiga fazenda Santa Helena, está localizado em Visconde do Rio Branco (Figura 2), situado na mesorregião da Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais (MG), sob as coordenadas 21° 0'37'' S e 42° 50'26'' W.

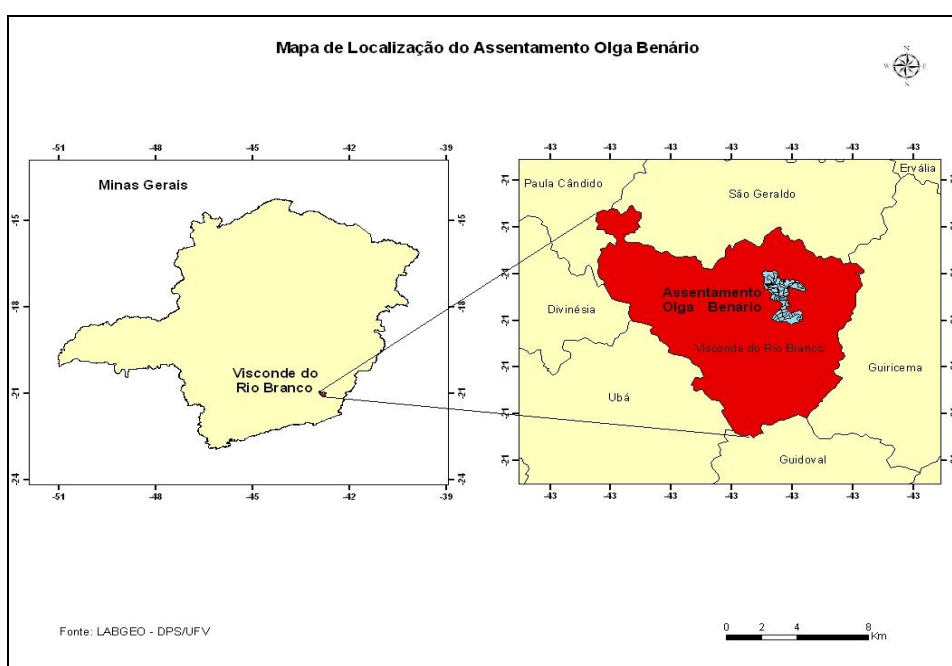


Figura 2: Mapa de localização do assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG,

2008.

O assentamento é a primeira área de assentamento do MST na Zona da Mata de MG. O histórico de uso das terras do assentamento foi marcado pela exploração e degradação do solo. A área foi anteriormente uma fazenda produtora de cana-de-açúcar voltada para o abastecimento de usinas açucareiras da região. Após mais de 50 anos de monocultura, em 1996 a área passou a ser utilizada pela pecuária extensiva de gado de leite. Nesse período havia 18 famílias trabalhando e também produzindo para a subsistência. Em 2005 a fazenda foi desapropriada, mediante oferta do INCRA, que conhecia a situação de irregularidade dos proprietários com relação ao pagamento de INSS dos funcionários, e supervalorizou a propriedade, estimulando sua venda.

O MST ocupou o assentamento, com o intuito de acelerar os processos burocráticos de desapropriação. A maioria das famílias que vieram ocupar a fazenda passou de quatro a cinco anos acampada e foi despejada algumas vezes antes de serem assentadas. Havia 12 famílias ainda na fazenda, no momento de sua chegada, que foram convidadas a permanecer e se tornarem também assentadas. Segundo relatos das entrevistas, a maioria das pessoas preferiu sair da propriedade, demonstrando preconceito em relação ao MST, tendo ficado apenas 6 famílias na área, que foram assentadas. O preconceito foi também a primeira reação das pessoas de Visconde do Rio Branco.

Hoje a relação com as pessoas que já pertenciam ao movimento é de grande união e a aceitação dos assentados na cidade melhorou muito, mediada pelos antigos trabalhadores, que já eram conhecidos no meio urbano. Os assentados são da região de Visconde do Rio Branco, Norte de MG, região metropolitana de Belo Horizonte, Mato Grosso e Bahia.

A equipe que desenvolveu o PDA foi a AESCA, entidade jurídica ligada ao movimento. O PDA corresponde às ações de planejamento para a organização territorial e produtiva visando obter seu licenciamento ambiental e delinear a estrutura de funcionamento do assentamento.

Por meio das demandas identificadas no PDA, criaram-se planos temáticos a serem priorizados pelo planejamento: soberania alimentar, organização territorial, produção agropecuária, formação ou capacitação, meio ambiente, além de estratégias sociais. Realizou-se o levantamento empírico, expedito, dos recursos naturais existentes na área, bem como das características das famílias, para se averiguar as possibilidades de parcelamento, tentando conciliar o desejo das famílias sobre o parcelamento e as condições ambientais e topográficas da área.

4.2- Caracterização do meio físico e biótico

A pluviosidade média da área do assentamento é de 1100 mm/ano e as temperaturas médias anuais de 21°C. Há uma estação seca e uma chuvosa. O assentamento é cortado pelo Rio Santa Helena, na divisa da porção leste, com razoável volume de água. Não foi realizada análise química da água, porém, por passar dentro de outras propriedades rurais, deve receber resíduos domiciliares e de agropecuária. Não há uso de irrigação nas propriedades do entorno. Há aproximadamente 12 nascentes, com cursos d'água de regime intermitente e 2 represas, sendo uma delas pequena (AESCA, 2008). A geologia corresponde à do município de Visconde do Rio Branco, anteriormente citada (MANCIO, 2008). A altitude média local é de 352m. As classes de declividade do assentamento indicam o relevo de mares de morro (AB' SABER, 1970), com predominância de relevo ondulado a forte ondulado.

São poucos os animais silvestres que ainda podem ser encontrados no assentamento, o que se explica pelo desmatamento, que reduziu e fragmentou a vegetação nativa, dificultando o encontro de indivíduos para a reprodução, sendo o principal problema para a manutenção da biodiversidade local; pois o deslocamento dos animais em campos abertos aumenta o risco de predação.

A vegetação da área foi quase toda destruída na época da antiga Usina Açucareira, restando apenas algumas espécies típicas de Mata Atlântica. Atualmente a maior parte do assentamento é utilizada por pastagens, com capim colômbio. Os remanescentes existentes correspondem a pequenos fragmentos florestais (capoeira) e vegetação secundária (capões de mata).

4.2.1- Áreas de preservação: Reserva Legal e APP's

Quando o assentamento foi criado totalizava uma área de 810,7396ha, para a qual foi averbada uma Reserva Legal (RL) de 212,5418 ha. Porém uma parte da propriedade se localizava do outro lado da estrada estadual que conecta o assentamento a Visconde do Rio Branco. Esta parte foi doada ao município, restando 759,9060ha. Para a área atual a RL poderia ser de 151,9812ha. Portanto a área extra de RL pode receber algum planejamento diversificado. A RL foi alterada no PDA, conectando fragmentos de remanescentes de Mata Atlântica que contém espécies típicas do bioma (AESCA, 2008).

A maior parte das Áreas de Preservação Permanente (APP's) vinha sendo utilizada por pastagens. A mata ciliar se encontra bastante descontínua (AESCA, 2008).

Contudo, estão sendo protegidas pelos assentados, sob cobrança do IEF e dos técnicos. A área ocupada pela RL e APP's está apresentada no Quadro 5.

Quadro 5: Área de APP's e RL no assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco, MG

Áreas de proteção ambiental	Área	% em relação à área total (ha)
APP 45°	42,29	5,56
APP Rios	64,44	8,47
APP Nascentes	7,05	0,93
Reserva Legal	226,01	29,72
Total	339,79	44,69
Área total do assentamento	760,4	-

4.2.2 – Solos e estratificação de ambientes

Predominam no assentamento Olga Benário Argissolos, em menor proporção Latossolos e Cambissolos (EMBRAPA, 2006). As toposequências predominantes na área podem ser generalizadas em dois tipos de seqüência de perfis topográficos: Perfil de Relevo Suave: Latossolo Vermelho-Amarelo (topo de morro), seguido por Cambissolo Háplico (terço médio) e Argissolo Vermelho-Amarelo (terço inferior) e Perfil de Relevo Acidentado Latossolo Vermelho-Amarelo (terço superior) e Argissolo Vermelho (terço médio até a área de baixada).



Figura 3: Área de Argissolo Vermelho-Amarelo no assentamento Olga Benário: Visconde do Rio Branco – MG – 2008.

Nas áreas de várzea predominam Gleissolos e Neossolos Flúvicos (EMBRAPA, 2006). Algumas informações referentes a análises químicas dos solos do assentamento foram levantadas em laboratório por Mancio (2008), indicando que os solos apresentam, em sua maioria boa fertilidade natural, principalmente nas áreas de baixada ocupadas por Gleissolos, Neossolos Flúvicos e Argissolos Vermelhos. A deficiência por nutrientes ocorre principalmente nos solos que ocupam as áreas de relevo mais íngreme, como Argissolos Vermelho-Amarelos, Cambissolos Latossolos. Com base no Mapa de solos do assentamento elaborou-se uma chave de identificação dos solos (Figura 4), associando a geomorfologia às unidades de mapeamento de solo.

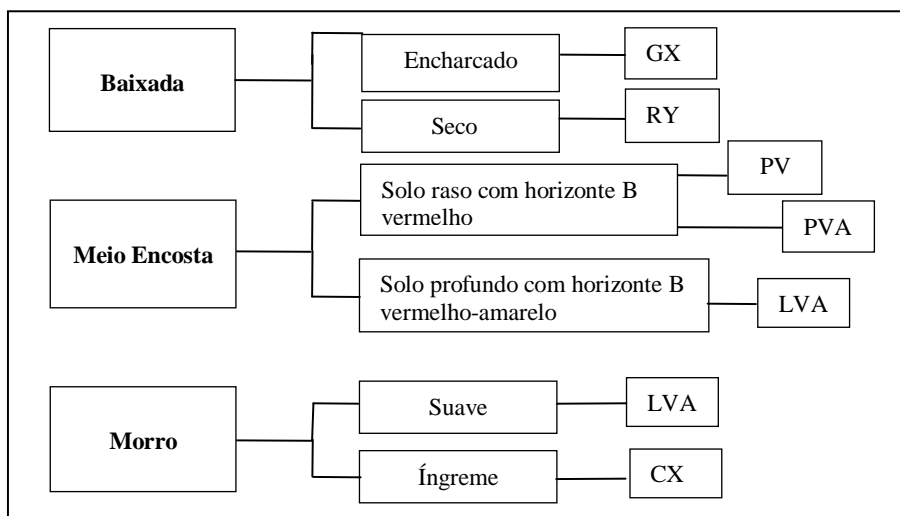


Figura 4: Chave de Identificação dos Solos do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco – MG.

Com base na chave de identificação de solos foram estratificadas as principais unidades ambientais do assentamento (Figura 5), cuja caracterização se encontra no Quadro 6.

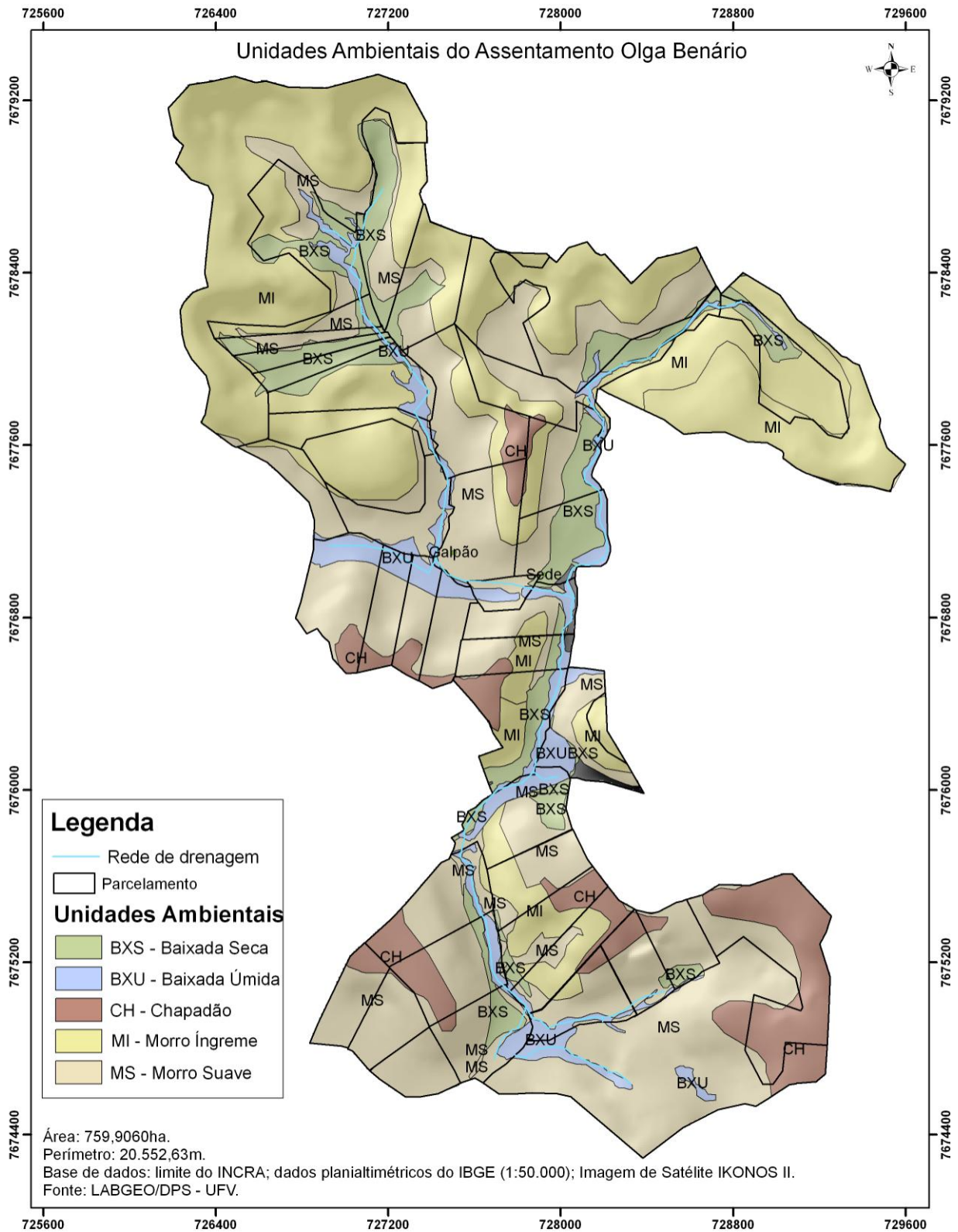


Figura 5: Estratificação Ambiental do assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco - MG.

Quadro 6. Unidades Ambientais do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco - MG

Unidade Ambiental	Caracterização
Topos de Morro	LVA; culturas anuais, café; pasto sujo; relevo plano a forte ondulado; potencial para pastagens nas áreas de relevo plano a ondulado e para pastagens e culturas anuais nas áreas de ondulado a forte ondulado; limitações de declividade e fertilidade natural, erosão reduzida;
Morro Íngreme	CX; capoeira e pasto sujo; suscetível a erosão, ocupam a faixa de transição do terço superior para o terço inferior da encosta; potencial para pastagem e culturas perenes e limitação relacionada à declividade (erosão);
Morro Suave	PV; relevo ondulado a forte ondulado; pasto limpo e sujo, culturas anuais; potencial para pastagem e culturas e limitação relacionada à declividade, apresenta processos de intensa erosão e, em alguns pontos voçorocamento;
Baixada Seca	PVA; relevo plano a suave ondulado; potencial para pastagens e culturas permanentes; sem restrição de uso;
Baixada Úmida	Gleissolo; relevo plano; potencial para pastagens e culturas (arroz); limitações de risco de inundação; APP; Neossolo Flúvico; relevo plano; potencial para pastagens e culturas (milho, feijão) limitações de risco de inundação; APP.

PVA- Argissolo Vermelho-Amarelo; NY- Neossolo Flúvico; LVA- Latossolo Vermelho-Amarelo; PV- Argissolo Vermelho; GX- Gleissolo Háplico.

A relação dos ambientes do assentamento com as possibilidades de uso será discutida em um tópico específico: Potenciais e limitações dos recursos naturais.

4.2.2.1 - Uso do solo

Predomina no assentamento o uso por pastagens, que era o principal uso da propriedade. As mudanças em relação ao uso da terra, por meio da comparação do uso de 2003, antes da criação do assentamento e 2008, foram quantificadas no Quadro 7. Há o aumento das áreas de plantio e mata em detrimento da redução das áreas de capoeira e pasto. A mudança no uso está associada à lógica de apropriação do espaço pelo MST, que visa praticar a policultura e combater a monocultura. Continuar mantendo a pastagem como uso principal seria como investir na monocultura. As famílias assentadas dependem da produção agrícola para sua subsistência, assim o plantio, que antes era direcionado ao abastecimento de poucas famílias e alimentação do gado, passou a ocupar maiores áreas.

Quadro 7. Classes de uso do solo e áreas para os usos, anterior e atual, do assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco - MG

Classes (%)	Pastagem	Plantio	Mata	Capoeira
Uso atual	65,26	5,42	23,57	5,75
Uso anterior	66,61	3,73	22,58	7,09

O aumento das áreas de mata se deu devido à presença do IEF e dos técnicos que têm intervindo no assentamento, cobrando a preservação das APP's e RL, que antes não eram respeitadas pelos antigos proprietários. Aqui se evidencia uma contradição da cobrança destes órgãos ambientais, que se direciona aos pequenos produtores assentados, enquanto não se faz na mesma medida aos proprietários que tem melhor condição financeira e agem, quase sempre, destruindo o solo de suas propriedades sem serem responsabilizados por isso.

Há áreas de cana de açúcar, eucalipto e café (café conilon – *Coffea canephora*), que se mantém desde antes da desapropriação. As áreas de cultivo se localizam principalmente nas áreas de baixada (Argissolos, Gleissolos e Neossolos Flúvicos) e, em menor proporção nos topos aplainados (Argissolos). A pastagem concentra-se em Latossolos e Cambissolos. O uso atual do assentamento está quantificado no Quadro 8. As classes apresentadas foram selecionadas por corresponderem aos usos predominantes dentro do assentamento. O Pasto Limpo diz respeito às áreas de Gleissolo, APP's referentes aos cursos d'água e nascentes e a classe Pasto Sujo refere-se às áreas do assentamento não ocupadas pelos demais usos.

Quadro 8. Áreas por classes de uso: assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco - MG

Classes de uso	Área	
	(ha)	(%)
Café	10,41	1,37
Capoeira	30,54	4,02
Eucalipto	4,24	0,56
Mata	180,27	23,7
Plantio	47,91	6,3
Pasto Limpo	90,57	11,91
Pasto Sujo	396,53	52,14
Total	760,46	100

O uso anterior à implantação do assentamento provocou a compactação do solo, pelo pastoreio e redução da fertilidade. A erosão ocorreu principalmente nos Argissolos, favorecida pela ausência de cobertura vegetal em áreas de solo pouco estável, sobretudo nas bases e topos de morro, ocasionando voçorocamento. Desde 2005, os cultivos têm sido: milho, arroz, feijão, abóbora, mandioca, verduras, entre outros.

4.2.2.2 - Potenciais e limitações dos recursos naturais

Os solos da área são predominantemente eutróficos, possuindo boa fertilidade e estrutura. Porém, o relevo da área, predominantemente ondulado e forte ondulado, associado aos Argissolos, influencia processos erosivos que requerem o manejo adequado da terra. Os Argissolos ocupam a maior parte do assentamento e são os solos mais utilizados para o plantio, sua estrutura em blocos favorece a erosão, dependendo do declive e do manejo a que são expostos.

Ambientes como os fundos de grotas, baixadas e várzeas, ocupados pelos Argissolos, Neossolos Flúvicos podem ser utilizados por cultivos de plantas de maior requerimento nutricional, como o milho e o feijão.

A declividade, além da fertilidade, é a restrição de maior peso no assentamento, impedindo, por exemplo, o uso intensivo de máquinas agrícolas. Ambientes com maiores limitações quanto à susceptibilidade à erosão, ocupados por Argissolos e Cambissolos, devem seguir, em muitos casos, a alternância das áreas a serem aradas e a adoção de medidas voltadas para a incorporação de nutrientes pelo solo, como cordões de nível.

Os Latossolos, que ocupam topos de morro e já sofreram maior intemperismo, apresentam menor fertilidade, devido ao processo de lixiviação a que estão expostos, não sendo indicados para cultivo intensos. Apesar de não possuírem restrição de uso, devem ser acompanhados por adubação orgânica, que é ecologicamente menos impactante. Contudo, os solos do assentamento são relativamente bons para cultivo de culturas anuais, permanentes e pastagens, desde que acompanhadas de práticas de conservação, voltadas para o controle da erosão.

Além dos fatores físicos é importante considerar também os fatores socioeconômicos culturais para se pensar na utilização dos recursos, como a disponibilidade de mão-de-obra e as habilidades e desejos das famílias para poderem-se explorar os recursos com base na realidade específica dos assentados. Estes esforços têm sido procurados pelos técnicos envolvidos com o assentamento; contudo todas as

ações relacionadas à apropriação dos recursos e desenvolvimento das atividades produtivas dependem muito de recursos financeiros e assistência técnica, que são carências de difícil resolução.

4.3 – Características socioeconômicas e culturais

4.3.1 – Características gerais das famílias assentadas

As famílias são predominantemente de origem urbana, 80% delas (AESCA, 2008). As pessoas que viviam no meio rural entraram no movimento de Reforma Agrária devido à expropriação, ocasionada pela concentração da terra. Dentre as pessoas entrevistadas, a maioria das provenientes da zona urbana já havia trabalhado com agricultura ou vivido no campo por algum período de sua vida, antes de viverem na cidade. O que os motivou a aderir ao MST foram as más condições de trabalho, saúde, educação e habitação que o meio urbano oferecia. Os empregos eram informais, a moradia em subúrbios e a perspectiva de adquirirem autonomia e melhora na qualidade de vida era mínima.

Há um total de 84 pessoas no assentamento, sendo que a maior parte da população é jovem ou acima de 40 anos (Quadro 9). Este fato implica na escassez de mão-de-obra, muitos dos jovens necessitam de estudar. Das 84 pessoas do assentamento, 29 têm mais que 40 anos e não são tão fortes para trabalharem com a terra. Durante o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) obteve-se alguns dados, levantados por questionários aplicados a 24 das 30 famílias assentadas. Identificou-se a dependência das famílias da produção como meio de subsistência. A maioria deles já obteve a primeira parte do Crédito de Instalação, que pode ser obtido em espécie (cestas básicas, gado, equipamentos e ferramentas) no valor de R\$ 2.400,00 (AESCA, 2008).

Quando o loteamento tiver sido concluído poderá ser acessado o Crédito Moradia, de R\$ 10.000, que pode ser pago ao INCRA em até 20 anos, dividido em parcelas. Se quitadas as primeiras parcelas sem atraso o resto da dívida é abonado.

Quadro 9. Perfil etário no assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco - MG

exo	até 06	7 a 10	11 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 40	mais de 40 anos	Total
	anos							
Mulher	6	3	3	4	4	5	12	37
Homem	5	4	4	5	5	7	17	47
Total	11	07	07	09	09	12	29	84

Fonte: AESCA, 2008.

A maioria das famílias tem baixa renda (Quadro 10). Sete famílias têm apoio do programa Bolsa Escola, uma do Auxílio-gás, uma de pensão e três de aposentadoria (AESCA, 2008).

Quadro 10. Renda mensal das famílias assentadas: assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco - MG

Renda mensal (\$)	Número de famílias
até 100,00	17
100,00 - 200,00	2
320,00 -500,00	5
> 500,00	0
Total	24

FONTE: AESCA, 2008.

A falta de recurso dificulta as ações dos assentados para se estabelecerem no assentamento, iniciarem suas atividades e melhorarem a infra-estrutura da fazenda.

A organização interna do assentamento Olga Benário baseia-se nos princípios do MST, de gestão democrática e estímulo à participação de todos. Sua estrutura e características estão descritas no Quadro 11. Segundo os dados levantados nas entrevistas foi preciso que as famílias que já residiam na fazenda apreendessem uma nova forma de organização, dentro dos moldes do MST.

A divisão das famílias nos núcleos se deu por interesses comuns de trabalho, afinidade e preferência pela localização para a moradia. As Assembléias são marcadas de acordo com a necessidade de discutir dentro do assentamento questões importantes, de interesse de todos. Nem todas as pessoas dos NB's participam assiduamente das Assembléias, entretanto, segundo as entrevistas, no geral tem havido bastante participação nas reuniões.

Alguns Setores de Equipes têm sido organizados, como das áreas de saúde educação, mas dependem de recursos para o avanço de suas atividades.

Quadro 11. Organização interna do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco -MG

Estrutura de organização	Características
Coordenação	Representa o assentamento em eventos e encontros do MST ou mediante outras instâncias de poder. Faz planejamentos e repassa informações aos NB's;
Núcleo de Base (NB's)	Reúne periodicamente os assentados para discussão e tomada de decisões sobre o assentamento. Há três NB's no assentamento: Lênin, Santa Helena e União, com 9; 12 e 9 famílias respectivamente;
Assembléia	Caráter deliberativo e informativo. Ocorre de acordo com a necessidade da comunidade;
Setores e equipes (Saúde, Educação, Produção, Finanças, Meio Ambiente, Alimentação, Higiene e Esporte)	Em fase de organização. Gerencia áreas de importância básica para o desenvolvimento socioeconômico e bem-estar das famílias.

Fonte: AESCA, 2008.

4.3.2 - Relações do assentamento com agentes externos

Os trabalhos de intervenção no assentamento foram iniciados em 2006 com o DRP, realizado por um grupo de pesquisa em extensão da UFV que delineou inicialmente as demandas do assentamento. Este trabalho foi aprofundado pela AESCA no PDA. Os trabalhos realizados buscaram, através do levantamento dos aspectos físicos da área, da aptidão dos solos, das habilidades e interesses das famílias, entre outros, averiguar as possibilidades de parcelamento. Priorizou-se no planejamento: soberania alimentar, organização territorial, produção agropecuária, conservação ambiental e capacitação das famílias. O PDA foi concluído em 2008. Por possuir como orientação política o MST, a equipe da AESCA que trabalhou no assentamento promove uma boa relação entre técnicos e assentados, utilizando como metodologia de trabalho o planejamento participativo. O trecho de entrevista a seguir evidencia esta preocupação:

“Nós precisamos levantar determinadas informações e essas informações, no nosso ponto de vista, precisam de um elemento crítico, não só de você dizer como é que é, como é que quer, mas que as famílias tenham capacidade de quando dizer como é que é, elas conseguirem entender qual o impacto disso pro futuro deles, né? Que é uma diferença às vezes pra um diagnóstico simples que você chega lá e pergunta o que é que você quer e volta com aquilo pronto depois” (técnico do PDA entrevistado - 3/2008).

A relação dos assentados com o INCRA, o IEF e a prefeitura local é de distância, como eles não sabem como recorrer para fazerem reivindicações e, muitas vezes desconhecem seus direitos, esta relação costuma ser mediada ou auxiliada pelos técnicos. O INCRA e o IEF não demonstram, segundo os dados das entrevistas com os técnicos e assentados, preocupação em se fazerem acessíveis e permitirem o estabelecimento de uma relação mais próxima; pois não tem condições de atender as demandas dos assentados. No caso do IEF porque a legislação não pode ser flexibilizada e porque se exige que qualquer proposta a ser discutida com eles seja embasada em mapas. O INCRA por não poder ou ter como prioridade sua auxiliar de forma mais eficiente as famílias. Após conceder a terra expõe os assentados a longos períodos dentro do assentamento em situação de acampamento, em moradias improvisadas, pois só libera recurso após uma serie das ações a serem implementadas que levam tempo e são atrasadas por motivos burocráticos. O INCRA e o IEF têm peso de forma indireta no assentamento, através das definições que devem ser levadas em conta no planejamento.

Com a prefeitura a relação é mais próxima, há contratos, envolvendo o oferecimento de serviços da prefeitura para o assentamento e vice-versa; contudo os assentados demonstraram não saberem recorrer à prefeitura para resolverem questões importantes de seu interesse. Os técnicos os ajudam, dentro do possível, neste sentido.

Também há equipes de pesquisa da UFV, cuja metodologia de capacitação técnica, com base na pesquisa participante sob a perspectiva agroecológica, auxilia uma boa relação com os assentados. A relação dos assentados com a vizinhança e com o município de Visconde do Rio Branco é boa; há aceitação no mercado e apoio entre eles e os vizinhos.

As relações comerciais do assentamento se inserem no município de Visconde do Rio Branco. A venda para moradores é feita de porta em porta, ou os próprios consumidores vão ao assentamento comprar os produtos. O leite é vendido para um mercado que beneficia e revende para o consumidor. Há um contrato com a prefeitura que garante a venda dos alimentos cultivados no assentamento, sendo estes encaminhados às escolas públicas do município. Em troca da venda de alimentos é feito o pagamento de horas de utilização do trator da prefeitura.

4.3.3 - Infra-estrutura social básica

O assentamento Olga Benário não passou ainda pelo processo de loteamento, as famílias moram nas edificações já existentes na fazenda e em moradias temporárias improvisadas com lona, alvenaria, adobe, etc.; sem boa infra-estrutura. As casas existentes não oferecem conforto mínimo às famílias, algumas reformas serão necessárias. A escolha do local das moradias teve influência da localização da infra-estrutura pré-existente, da disponibilidade de água, de energia elétrica, do acesso à rodovia de saída do assentamento e da pedogeomorfologia.

Após o parcelamento as famílias poderão utilizar o Crédito de Instalação na modalidade Aquisição de Materiais de Construção - recurso limitado que será insuficiente para construir toda a casa – e precisarão se organizar em mutirões para as construções. Demais infra-estruturas como galpão e balança, curral estão em bom estado, sendo utilizadas coletivamente (AESCA, 2008).

As estradas e vias internas do assentamento foram construídas antes da aquisição da área, necessitando de manutenção ou retificação, mas apresentando estado de conservação regular. Será necessário redimensionar e ampliar a malha viária.

Como o assentamento está em fase de implantação a infra-estrutura de saneamento básico requer ações, cujas diretrizes foram elaboradas no PDA. Não existe sistema de abastecimento de água que supra as necessidades de abastecimento das 30 famílias. As águas superficiais são aparentemente intermitentes; não se conhece a vazão dos cursos d'água, e não se sabe a sua qualidade para o uso humano. Para viabilizar redes com sistema de abastecimento de água nos lotes apresentou-se como proposta no PDA a perfuração de um poço tubular, tendo como base o estudo do lençol freático da região. A água poderia ser extraída do poço e elevada a dois reservatórios suspensos, que distribuiriam a água por gravidade até os lotes (AESCA, 2008).

Não existe sistema de coleta de esgoto e água no assentamento. Atualmente o esgoto doméstico é destinado para fossas negras ou disposto diretamente sobre o solo. O PDA previu a coleta e disposição do esgoto doméstico, visando evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, através da execução de tanques sépticos, sumidouros e rede de esgoto. O tanque séptico de sedimentação é um sistema fechado, em um ou mais estágios, com escoamento contínuo no sentido horizontal no qual o esgoto passa lentamente de modo a permitir que matérias em suspensão se depositem no fundo, onde são submetidas a uma decomposição anaeróbica, resultando a sua

transformação em substâncias líquidas e gases, com conseqüente redução de lodo a ser finalmente disposto no solo.

A rede elétrica existente não atinge toda a área do assentamento e será adquirida dentro do Programa Luz Para Todos. Segundo a proposta do PDA, todas as moradias e a área comunitária deverão ser interligadas ao tronco central de energia, que deverá ser implementado com esforços dos assentados, do INCRA, do governo do Estado, da CEMIG e prefeitura local. O PDA prevê também ações que contemplem a saúde e educação das famílias.

O assentamento não é atendido pelo Programa de Saúde da Família (PSF). O atendimento é oferecido na cidade em Postos de Saúde e hospitais públicos. Existe no um projeto envolvendo Setor de Saúde, visando o trabalho com homeopatia e o cultivo de plantas medicinais. Há muitas delas no assentamento: Alecrim, Alevante, Alfavaca, Bálsamo, Capim cidreira, Dipirona, Fedegoso, Funcho, Hortelã, Losna, Macaé, Manjeriçã, etc.

O grau de escolaridade do assentamento pode ser considerado baixo (Quadro 12). Esta realidade reforça a dificuldade de obtenção de renda independente das atividades desenvolvidas dentro do próprio assentamento, pela falta de estudo e mesmo dentro do assentamento, pois não há conhecimento técnico para os assentados se apoiarem. Existe um projeto de implantar um Ensino para Jovens e Adultos dentro do assentamento, sendo que os maiores impedimentos para esta atividade são a liberação de recursos que apóiam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o acesso a óculos e atendimento médico oftalmológico. As crianças estudam em Visconde do Rio Branco e o transporte é disponibilizado pela prefeitura.

Quadro 12. Nível de instrução por faixa etária das famílias do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco - MG

Nível de Instrução	Faixa Etária	Até 06	7 a 10	11 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 40	+ de 40	Total
	Não matriculados	Analfabetos	6	0	0	0	0	2	10
Alfabetizados		0	0	0	0	0	0	2	2
Pré-escolar		3	0	0	0	0	0	0	3
1a. a 4a. séries		1	7	0	0	1	4	18	31
5a. a 8a. séries		0	0	7	7	2	5	1	22
Ensino Médio		0	0	0	1	3	2	1	7
Ensino Superior		0	0	0	0	0	0	1	1
Total		10	7	7	8	6	13	33	84

Fonte: AESCA, 2008.

A infra-estrutura já existente pode ser utilizada para atividades de cultura e lazer, entretanto praticamente todas necessitam de reformas. As famílias realizam alguns eventos religiosos (a maioria delas é católica), e comemorações, nas antigas edificações da fazenda ou no galpão que é reservado para reuniões e encontros. O rádio e a televisão são suas principais fontes de informação (AESCA, 2008).

4.3.4 - Sistema produtivo e organização do trabalho

A atual organização produtiva do assentamento tem influência da interferência dos atores envolvidos com a alocação das famílias e a produção, ou seja, daqueles que têm orientado os assentados em seu processo de apropriação do espaço conquistado.

A produção agrícola é constituída principalmente por lavouras temporárias, mas também por cultivos permanentes. Observa-se que há grande diversidade de culturas. Hoje já se produz para o abastecimento interno e se comercializa produtos como o leite, hortaliças, feijão, milho, mandioca e quiabo na cidade. Entre as culturas produzidas pela maior parte das famílias, pode-se citar: milho, feijão, mandioca, arroz, quiabo, hortaliças e cana-de-açúcar. As áreas de lavoura estão localizadas principalmente nas áreas planas, de baixada, de topos de morro aplainados, e suave onduladas. As hortas se localizam na área de baixada, apresentando as seguintes variedades: alface, couve, almeirão, tomate, mostarda, cheiro verde, beterraba, cenoura, etc. (AESCA, 2008).

O armazenamento da produção ocorre geralmente nas próprias moradias, ou no galpão, que é de uso comum para o assentamento. A estocagem inadequada de produtos como grãos, e do lixo doméstico, têm sido responsáveis pela presença de baratas, muriçocas, moscas, ratos, escorpiões e cobras, comuns nas moradias do assentamento. Quanto à produção pecuária há criação de bovinos, de leite e de corte, aves (galinha, pato, d'angola) e suínos. Quase todas as famílias criam galinha caipira, para se abastecer com carne e ovos (AESCA, 2008).

Segundo dados da entrevista a maior parte da produção é voltada para a alimentação da família e das criações, enquanto a comercialização dos excedentes produtivos é esporádica e se destina à venda principalmente de feijão, mandioca e milho. Apesar da influência da agroecologia, predomina o manejo do solo do tipo convencional. Não são muito utilizadas práticas conservacionistas como incorporação de restos culturais ao solo, rotação de culturas e descanso das terras. Entretanto algumas pessoas utilizam esterco bovino nas hortaliças, receitas caseiras e homeopatia para combate de doenças e pragas, como formigas.

Há utilização de maquinário no preparo das terras para aração e gradagem e plantação manual; algumas vezes mecanizada. Não há acesso a matrizes capazes de prover um banco de sementes de boa qualidade, porém está em fase de construção um banco de sementes localizado na área pertencente ao movimento. A falta de uma condição econômica melhor impede que as famílias possam, por exemplo, cercar as áreas com voçorocas.

Não há produção de artesanato voltada para a comercialização. Beneficiam-se alguns produtos em pequena escala, produzindo: farinha de mandioca, doces e queijo. Não há prática de agroindustrialização da produção nem de atividades produtivas não agrícolas no assentamento. A baixa produtividade e a dependência do trator da prefeitura para o preparo da terra são fatores que enfraquecem a produção.

O trabalho, em sua maioria, é de base familiar. Homens, mulheres e adolescentes são responsáveis pelas atividades agropecuárias. A maioria das pessoas de ambos os sexos se encontra com idade acima de 40 anos (Quadro 13); fator que, como foi dito anteriormente, se traduz na existência de pouca mão-de-obra disponível e sobrecarga dos assentados para o desenvolvimento de suas atividades.

Quadro 13. Força de trabalho do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco - MG

Indivíduos	Faixa Etária (anos)	Número
Jovens (masculino e feminino)	Entre 18 e 24	09
Mulheres	Entre 25 e 40	05
Homens	Entre 25 e 40	07
Mulheres	Acima de 40	12
Homens	Acima de 40	17
Total		50

Fonte: AESCA, 2008.

Há uma divisão de tarefas entre as famílias, com relação a atividades relacionadas à produção e às tarefas domésticas, característica comum da agricultura familiar. Mas a maioria das mulheres trabalha no plantio, na aragem da terra, na colheita, entre outros. Não há emprego de mão-de-obra externa. No início da implantação do assentamento o plantio coletivo era mais comum, hoje as famílias desenvolvem esta atividade mais individualmente, dando preferência à organização de mutirões.

Antes de vir para o assentamento apenas a minoria dos homens já trabalhava na área rural. Entre as ocupações anteriores podemos citar: carpinteiro, servente, operador

de moto serra, segurança, torneiro mecânico, auxiliar de serviços gerais, etc. Entre as mulheres a maioria era doméstica ou dona de casa, tanto na zona rural quanto na cidade. Muitas destas experiências poderão ser aproveitadas para a vida das famílias do assentamento.

Observou-se que uma nova forma de organização produtiva tem se construído no assentamento, dentro dos moldes do MST. O trabalho é quase totalmente de base familiar e algumas das famílias produzem os cultivos na mesma área; porém, na maior parte das vezes, cada uma produz individualmente na sua parcela dentro da área de uso comum. São, eventualmente, organizados mutirões para atividades como a preparação da terra para o plantio ou a colheita. Há três grupos fixos organizados atualmente para a produção coletiva de café, mel (apicultura) e cultivos variados na AC1 (NB Santa Helena). Não existe ainda grupo organizado de mulheres para o desenvolvimento de alguma atividade coletiva, entretanto há interesse para que seja organizado.

4.3.5 - Organização territorial

A organização territorial do assentamento Olga Benário foi estruturada de forma participativa com os assentados dentro do PDA, levando em conta: estratificação ambiental (áreas de proteção integral, de uso restrito e áreas adequadas à produtividade agropecuária), acesso a estradas e cursos d'água, existência de infra-estrutura de uso cooperado - como galpão, balança, curral, lagoa, sede e local para encontros, a ser usado como área social - entre outros. Embora o planejamento tenha procurado adequar-se às expectativas das famílias, há fatores externos que condicionam sua elaboração.

O INCRA exige a adequação do tamanho dos lotes ao tamanho mínimo do módulo rural da região e módulo mínimo rural da região. O Instituto Estadual Florestal (IEF) condiciona o licenciamento do assentamento ao cumprimento da legislação ambiental. O MST, através da equipe AESCA, busca que o parcelamento viabilize a interação entre as famílias, através da separação de áreas de cultivo para o uso coletivo e proximidade entre os lotes de moradia. As possibilidades de inserção no mercado local influenciam o tipo de atividades produtivas. O parcelamento pode ser visualizado na Figura 6, e sistematizadas no Quadro 14.

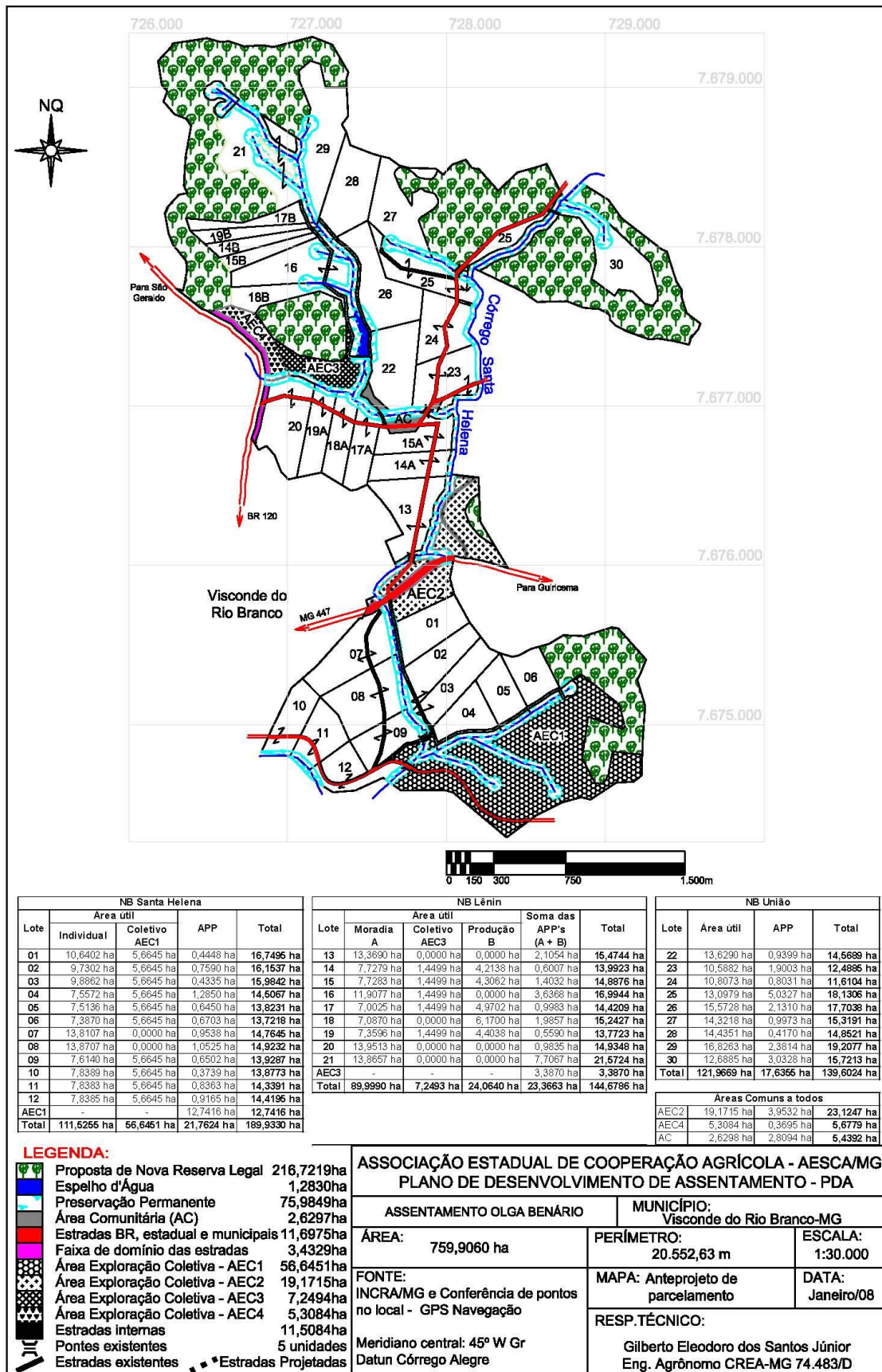


Figura 6: Mapa de Parcelamento do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco, MH, 2008.

Quadro 14. Proposta para utilização da área do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco - MG

Usos	Área (ha)	Localização
Lotes familiares:		
35 parcelas (lotes individuais, lotes fracionados A+B, AEC 1 e AEC 3)	411,4498	Mapa B1
Áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente		
Área de Reserva Legal	216,7219	Mapa B1
APP – rio, nascentes, represa, cursos d’água	75,9823	Mapa B1
Espelho d’água	1,2830	Mapa B1
Área Comunitária		
Área comunitária do assentamento	2,6298	Mapa B1
Áreas de Exploração Coletivas (AEC) do assentamento		
Área de Exploração Coletiva 2	19,1715	Mapa B1
Área de Exploração Coletiva 4	5,3084	Mapa B1
Estradas (atuais e propostas)	27,3584	Mapa B2
Faixa de domínio das estradas	3,4329	Mapa B2
Área total do assentamento	759,9060	

Fonte: AESCA, 2008.

O assentamento foi dividido em três núcleos, havendo sorteio para a definição da alocação das famílias em apenas um deles. A área média dos lotes é de 14 ha, foram projetados 12,5 ha com produção e 1,5 para construção da casa, outras benfeitorias e área livre. As áreas de Reserva legal e APP não entram nestes 14 ha, pois foram averbadas em condomínio (AESCA, 2008). A distância da sede municipal até o assentamento é de 2,8 km. Apesar da extensão dos lotes ser boa, os ambientes do assentamento se encontram bastante degradados em função dos impactos ambientais herdados dos usos anteriores à desapropriação e da susceptibilidade da área em relação à erosão.

As possibilidades de lotes são: lotes individuais simples (moradia, edificações de apoio e área de produção ficam em uma única parcela); lotes individuais simples e área de exploração coletiva (lote individual de moradia e parte de terra em lote de produção coletiva, o trabalho pode ser feito nestas áreas coletiva ou individualmente); lotes individuais fracionados (lote de moradia –A e lote de produção – B, a moradia e as edificações de apoio se localizarão no lote e a produção agropecuária no lote B) e lotes individuais fracionados (lote de moradia –A e lote de produção – B) e área de

exploração coletiva (além dos lotes de moradia e produção há uma parte de terra na área de exploração do núcleo).

No núcleo Santa Helena a maior parte da área disponível foi destinada a áreas de uso comum, sob orientação do técnico, objetivando a produção coletiva e o acesso a terras de boa qualidade para todas as famílias. Foram escolhidos lotes individuais para moradia e área de exploração coletiva para a produção, destacando que haveria possibilidades de trabalhar em conjunto, mesmo que no futuro. Porém algumas pessoas só perceberam que fizeram a opção errada quando o parcelamento já estava concluído e sendo repassado para os assentados. Neste momento qualquer alteração nas definições feitas anteriormente iria requer que o planejamento fosse feito todo de novo, o que, por questão de tempo e recurso não era possível.

O núcleo Lênin ocupa a área do “Vai e Volta”, como os assentados designam. Concentra o maior número de pessoas de origem urbana, com menor apoio de benefícios governamentais, como pensões, bolsas concedidas pelo governo, etc., e menor renda (NOGUEIRA, 2007). Neste núcleo foram feitas mais modificações no plano de uso do espaço durante as reuniões e houve impasse em relação à definição de uma área de uso comum, que acabou não sendo estabelecida. A preocupação com possíveis interferências de um lote sobre o outro e a topografia acidentada dificultaram o parcelamento. Os lotes de moradia ficaram próximos ao rio e bem afastados da área de produção e os lotes de produção ficaram com uma parte de morro e uma de baixada, visando distribuir da forma mais eqüitativa possível as áreas boas para o cultivo. Ficaram para o uso coletivo as melhores terras e a lagoa.

O núcleo União ocupa a área chamada de “Salão da Mata”, a área mais isolada dentro do assentamento. Neste núcleo não há área para exploração coletiva, pois os membros do NB queriam evitar problemas relacionados à individualidade da produção. Por concentrar as terras de pior qualidade do assentamento foi o que mais teve dificuldade em definir o parcelamento teve que recorrer ao sorteio. A caracterização das áreas de exploração coletivas se encontra no Quadro 15.

Quadro 15. Caracterização das áreas de exploração coletivas (AC's) do assentamento Olga Benário, V. do Rio Branco - MG

AC	Características
AEC1	NB Santa Helena*; destinada a culturas anuais coletivos
AEC2	Área do movimento*; próxima à estrada MG 447; cultivo de eucalipto, visando o abastecimento de madeira e instalação de ponto de comércio
AEC3	Lênin*; destinada a culturas anuais coletivas
AEC4	Todas as famílias que estiverem no cultivo coletivo de café; próxima à a estrada BR 120; visa ser também ponto de comércio

Fonte: AESCA, 2008.

A Área de Exploração Coletiva 2 (AEC 2) foi destinada a ser utilizada pelo assentamento, com os benefícios da produção voltados para auxiliarem o MST; pois, para os membros do MST é importante, após a conquista da terra, continuar dando apoio aos acampados que continuam na luta. A Área Comunitária do assentamento, conforme a escolha das famílias deverá conter: escola, igreja, posto de saúde, campo de futebol, espaço para ciranda infantil e para lazer, agroindústria, entre outros abrangendo 2,6298 ha. No geral, houve contentamento com a organização territorial, o trecho de entrevista a baixo expressa a idéia mais comum contida nas mesmas:

“Estão todos satisfeitos, que eu vejo aqui e tal. Não, todos eles são muitos satisfeitos. O sem-terra precisa da coisa de ontem, não é para hoje. Então, os processos são lentos. Bom se ele fosse mais rápido e você... dava para encaminhar. Agora, o bom disso tudo aí é ... tá unido, você entendeu? É a união nisso que está aí. Igual, quando foram divididos os lotes: “- A não, lote aqui coisa e tal...”. Fez esse mapa, um pegava o mapa, o outro pegava... aí: “- Não, isso tem que ser por sorteio!” Aí depois foi ver... não precisou de sorteio... todo mundo encaminhado... e você vê as coisas estão tranqüila. Você entendeu? ..” (entrevistado do Núcleo Santa Helena – 3/2008).

As queixas em relação ao parcelamento se referem ao fato de terem sido deixadas demasiadamente para o uso coletivo áreas de produção (no caso do Núcleo Santa Helena), casas já existentes na fazenda (reclamação que ocorreu em todos os

núcleos) e à dificuldade em haver uma organização da área que foi deixada para o movimento, como destaca o trecho a seguir:

“(...) e também assim, uma área que tá dando muita polêmica no nosso núcleo é a área AC2, né? (Área Coletiva 2). Que é a área da frente do movimento, por quê não ter ninguém responsável por aquela área, entendeu? Então é uma área que todo mundo acha que pode explorar, entendeu? É do outro movimento, é do movimento do núcleo, entendeu? Então um quer tirar cerca, o outro quer por gado, o outro quer tirar o gado, então uma parte assim... que tem dado uma polêmica lá no nosso núcleo é mais só essa mesmo, a área do movimento, e o problema das cercas, né?” (entrevistada do núcleo Santa Helena – 3/2008).

5 – PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL DE USO DO SOLO

5.1 - Planejamento da AESCA

As diretrizes de manejo do solo propostas devem ser trabalhadas pelos profissionais da ATEs, que auxiliam a execução das atividades propostas no PDA. Foram estabelecidos eixos gerais para o manejo Agroecológico do solo:

- Controle da erosão:

Evitar o avanço dos processos erosivos e a formação de novas degradações no solo, para tanto em boa parte dos solos deve-se fazer o uso moderado de mecanização agrícola, para não criar ou aumentar as erosões. Nos sulcos já existentes deve-se revegetar seu entorno e interior e fazer barricadas de contenção, para conter a movimentação da terra. Para evitar o escoamento superficial da água o plantio deve ser feito em nível, com a separação de áreas a serem cultivadas formando degraus ao longo das áreas de morro. Poderão ser feitos terraços de base estreita, cobertos de vegetação permanente ou culturas arbóreas, que terão o efeito adicional de sombreamento, quebra-ventos e barreiras ao deslocamento de pragas e propágulos de doenças.

Fazer a cobertura máxima do solo, com plantas vivas ou cobertura morta (adubos verdes ou vegetação espontânea), o que protege a superfície do solo da radiação solar, evitando a queima da matéria orgânica, reduzindo a amplitude térmica da superfície, a perda de água por evaporação, o impacto das gotas de chuva sobre a

superfície e a velocidade do escoamento superficial e promove a entrada de matéria orgânica, visando a estruturação do solo, o aumento da macroporosidade e da infiltração da água no solo;

- Aumento da fertilidade:

Corrigir a acidez do solo com calcário, em parte da área de produção onde há baixa fertilidade natural e verificar os nutrientes e outros fatores deficientes. Em seguida utilizar adubação verde. Para correção inicial da acidez do solo, não há restrição na Agroecologia ao uso de calcário. A dosagem é recomendada para correção da deficiência de cálcio e magnésio ou neutralização do alumínio trocável não é superior a 2 t/ha. Não se recomenda a correção para saturação de bases. Quando correção do alumínio trocável for superior a 2 t/ha, recomenda-se aplicar a quantidade limite e fazer nova análise de solo no ano seguinte.

Como no manejo agroecológico não são utilizados adubos solúveis de reação ácida - além de que vários dos insumos como esterco, termofosfato e cinzas também atuam como corretivos da acidez - uma vez feita a correção inicial, não é necessário repeti-la a cada 5 anos, como nos sistemas convencionais. Quando disponível a preços razoáveis, o gesso agrícola (calcário) pode ser misturado ao calcário, na proporção de 1:3. Assim adiciona-se enxofre ao sistema e auxilia-se o transporte de Cálcio e Magnésio para as camadas mais profundas, estimulando a penetração das raízes.

A adição de nitrogênio pode ser feita totalmente através de fixação biológica de nitrogênio (FBN) e adubação orgânica. Para tanto é necessário estabelecer uma rotação e associação das culturas com adubos verdes e culturas de cobertura. Tal estratégia não é simples e esbarra na falta de conhecimento dos agricultores e técnicos sobre os adubos verdes e de informações sobre o comportamento e adaptabilidade das diferentes espécies de leguminosas nas diferentes regiões. Como o desempenho das leguminosas é muito afetado pelas condições locais, pode-se utilizar espécies nativas locais, que muitas vezes são consideradas "ervas daninhas" pelos agricultores, que pode favorecer a adição de nitrogênio ao sistema.

A estratégia mais utilizada para adição de nitrogênio ao sistema é a inclusão de adubos verdes em rotação com as culturas principais. A pouca disponibilidade de terra e as condições climáticas podem dificultar a utilização desta estratégia. Neste caso, podem-se desenvolver sistemas de policultivos que incluam leguminosas, como cultivos em aléias, intercalados, sobressemeadura, cultivos adensados de leguminosas em curtos

períodos em que o solo fica descoberto, cultivos em faixas, etc. A adubação verde depende da disponibilidade de sementes e da cultura a ser consorciada. A aquisição das sementes pode ser obtida por projetos de doação, seguida pela multiplicação das mesmas na área (banco de sementes).

- Melhora da qualidade do solo visando a germinação das sementes, a porosidade do solo e o controle de plantas espontâneas:

Reduzir ou eliminar a movimentação do solo, com sistemas de cultivo mínimo ou plantio direto. Para as culturas que não podem dispensar o preparo do solo, utilizá-lo com a menor intensidade possível, com equipamento mais adequado e umidade do solo ideal. Utilizar combinações de espécies com raízes agressivas e profundas, para romper impedimentos subsuperficiais, para aumentar a infiltração da água no solo e reciclando os nutrientes.

Manter as entrelinhas cobertas durante o início do ciclo das culturas, através de culturas de cobertura intercalares ou da vegetação espontânea, manejadas através de cortes, roçada ou capina seletiva para evitar que cheguem a competir com a cultura principal. Diversificar as espécies pela rotação ou consorciação de culturas, cultivos em faixas ou aléias e manejo das plantas espontâneas, o que possibilita uma melhor ciclagem e conservação dos nutrientes, devido à capacidade diferenciada de extração de nutrientes de cada espécie;

Cortar ou manejar os adubos verdes na época correta para que seus nutrientes sejam aproveitados pela cultura principal, e evitem-se perdas de nutrientes. É necessário conhecer a velocidade de decomposição de cada espécie. A relação C:N e o conteúdo de lignina das espécies pode servir de indicador da velocidade de decomposição dos resíduos.

Incorporar restos culturais, adubos verdes ou culturas de cobertura, que aceleram os processos de mineralização em relação ao corte e deposição superficial,. Permite sincronizar a disponibilidade de nutrientes mineralizados com a necessidade de absorção das culturas.

Produzir frutas, controlando espécies indesejáveis que impedem sua produção (o que poderia melhorar a qualidade da alimentação e prover renda.

5.2 - Zoneamento Ecológico-Econômico

Este Zoneamento teve a intenção de aprofundar as diretrizes elaboradas pelo PDA sobre o uso do solo e fazer proveito das informações produzidas nos mapas referentes á área de estudo. Para a efetuação do Zoneamento considerou-se fatores socioeconômicos (organização do trabalho; sistema produtivo; mercado local; complexo institucional envolvido com o assentamento; renda e nível educacional); físicos (geomorfologia; características do solo; ambientes; água) e potenciais e limitações dos ambientes do assentamento; acesso a recursos e infra-estrutura; o parcelamento existente (lotes individuais simples e fracionados, Áreas de Exploração Coletivas, APP'a, RL, Área Comunitária) e prioridades já estipuladas no planejamento produtivo no PDA (segurança alimentar e nutricional e autonomia produtiva em relação ao trabalho, visando a qualidade de vida das famílias). Orientações quanto ao uso do solo:

Para a implementação das atividades que dêem condições de vida digna aos assentados seria importante estimular atividades que apresentem um maior valor agregado e capacitar a mão-de-obra existente, bem como explorar as atividades mais rentáveis onde está inserido o assentamento, e não atribuir ao planejamento ações a serem desenvolvidas baseadas no trabalho com a enxada. O assentamento encontra-se em uma região privilegiada em relação à proximidade de asfalto, de trânsito intenso que pode ser um canal de comercialização e de cidades com um cunho industrial mais acentuado que são Visconde de Rio Branco e Ubá e que podem ainda contar com uma infra-estrutura de treinamento que são a Universidade Federal de Viçosa e outros órgãos já experientes inseridos na região (Centro de Tecnologias Alternativas, etc.).

Diante disso, é preciso planejar as ações de forma que se usem da melhor forma possível todos os recursos naturais disponíveis, de forma sustentável, e também toda a mão-de-obra familiar. Os levantamentos já existentes permitem pelo menos sugerir um elenco de ações que podem ser aperfeiçoados juntamente com a comunidade, que já de antemão sabe-se que não teria condições de banca sozinha estas atividades, havendo a necessidade de estímulos, financiamento ou outras formas atuações de pelos órgãos públicos ou outros setores da sociedade. Diante disso propõe-se conforme Quadro 16.

Quadro 16. Proposta de uso do solo segundo os ambientes do assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG, 2008

Ambiente ou solo	Uso recomendado
GX	Inundar toda esta área formando tanques para a criação de tilápias. Estas devem ser processadas e vendidas na forma de file de tilápia. Adotar o sistema de gaiolas;
RY	Implantar Sistemas Agroflorestais (SAF), com frutas típicas da região e incluir palmáceas (açai, pupunha) mais resistentes a inundações. Deve ser feito um desenho próprio com vista a preservar o lago (evitar excessivamente a evapotranspiração).
PVA/PV	Procurar cultivar plantas que podem ser industrializada como a mandioca (farinha) e outras que produzem fartura como a abóbora (alimentação humana, animais e fabrico de doces). Nesta área deve ser estabelecido também um viveiro de mudas cítricas e de silvicultura (eucalipto, cedro australiano, mogno africano) e flores, principalmente antúrio com intuito de atender ao assentamento e comercialização. Cultivo de plantas medicinais e estrutura para o extrato das mesmas. Procurar também cultivar plantas de óleos essenciais (copaíba)
LVA	Evitar ao máximo a pecuária. Ela ocupa grandes áreas com baixo retorno financeiro. Procurar ir implantando ao longo do tempo o sistema silvipastoril e finalizar com a silvicultura (sítios florestais). Substituir todas as estacas e morões de cercas vivas de madeira de lei.

PVA- Argissolo Vermelho-Amarelo; MY- Neossolo Flúvico; LVA- Latossolo Vermelho-Amarelo; PV- Argissolo Vermelho; GX- Gleissolo Háplico.

Além disso, sugerem-se as seguintes decisões:

- Implantar um pólo de costura (treinamento na Prefeitura de Municipal de Muriaé). Este pólo deverá se especializar em uniformes industriais para as diferentes indústrias da região (PIF PAF, Industrias moveleiras de Ubá e outras).
- Instalar uma casa de farinha (aquisição de fornos, raladores e galpão; aproximadamente R\$5.000,00)
- Instalar uma marcenaria para o fabrico de janelas, bancos etc - fazer proveito do SAF e com isto agregar valor aos produtos madeiros;
- Implantar um sistema de comercialização dos produtos ao longo da rodovia;
- Implantar a apicultura – as colméias devem ser colocadas próximos a área de Reserva Legal;
- Elaborar projeto a ser apresentado ao IEF para manejo da Reserva Legal – exploração de madeiras selecionadas conforme já metodologia adotada na reservas extrativistas;
- Como há área de Reserva Legal em excesso estas poderiam ser comercializadas junto a empresas ou outras propriedades vizinhas;

- Nos solos sujeitos a erosão mais intensa reflorestar com cedro australiano (*Toona sp*), mogno africano ou eucalipto, em áreas muito degradadas. Estas árvores iriam proteger o solo e serviriam para a comercialização futura;
- Implantar nos quintais a fruticultura e também a criação de galinha caipira.

Percebe-se que todas estas atividades necessitam de financiamento sem o qual os assentados não teriam condições de implantar o que caracterizaria apenas uma distribuição de terra sem as devidas condições de desenvolvimento e permanência. A viabilidade econômica poderia ser alcançada através do INCRA – MG, outras formas de financiamento ou mesmo a fundo perdido.

Verifica-se que estas sugestões visam um caráter mais permanente das ações seguindo a aptidão dos solos, pois como os solos são na sua maioria pobres em nutrientes, e há uma abundância na região de insolação, a aptidão destas áreas seria mais voltada a Sistemas Agroflorestais (SAF), que integram o cultivo e plantio de árvores a pastagem e a própria silvicultura (plantio de árvores). Vale salientar também que se propõe o uso da mão-de-obra feminina em costura e no beneficiamento de produtos agrícolas, bem como o incentivo à agroindústria. A marcenaria e outras oficinas serviriam no emprego de mão-de-obra e também para agregar valor aos produtos gerados pelo próprio assentamento.

6- ENTRE O REAL E O IDEAL: O PLANEJAMENTO EM RELAÇÃO AO ESPAÇO VIVIDO

6.1- Expectativas e perspectivas das famílias assentadas em relação ao “espaço vivido”

Os assentados têm, em sua maioria, como maior desejo para o futuro, obter alta produtividade, com atividades que visem a conservação dos recursos. Esperam prover condições para a segurança dos filhos, que eles permaneçam na terra, ou ao menos não a vendam ou deixe improdutiva. As expectativas mais recorrentes foram que os lotes possuam um poço para a criação de peixes, plantio de árvores frutíferas, associação de atividades de agricultura e pecuária e capacidade de venda de alguns produtos como meio de obtenção de renda para a compra de eventuais produtos necessários para uma boa qualidade de vida (veículo de transporte, alimentos não cultivados no lote, roupas e

remédios). A união entre os assentados foi comentada por muitas pessoas, mas não todas, como fator importante que deve ser mantido no futuro dentro do assentamento.

6.2- Sinergias e contradições do planejamento com as expectativas dos assentados

As relações socioespaciais estabelecidas no assentamento são produto da interação entre pessoas com diferentes procedências, o que interfere com maior aproximação ou estranhamento entre elas. Todas as influências externas que objetivam auxiliar as famílias constituem o espaço vivido dos assentados, que se molda sob um emaranhado de relações de poder, ora da imposição externa, ora da auto-afirmação interna. Há uma complexidade de fatores internos ligados à heterogeneidade de aspectos culturais dos assentados. Cada grupo tem uma cultura agrícola diferente, uma tradição quanto às formas de uso dos recursos e de trabalho trazida de sua história, que demandam formas específicas de organização da unidade produtiva.

A complexidade da realidade do assentamento poderia ser sintetizada como: um conjunto de pessoas de diferentes origens e culturas, composto por adeptos do MST e trabalhadores rurais “convertidos” ao movimento, aprendendo a conviver sob uma nova forma de organização social, no limiar entre a autonomia e os deveres para com as entidades que têm poder sobre o assentamento. Nesta teia se conjugam as diferentes concepções sobre o espaço ocupado, das instituições responsáveis pela Reforma Agrária nos moldes capitalistas (com a concepção do espaço fundamentada no valor de troca), daqueles que tentam conceber o espaço a partir da realidade dos assentados, visando aproximar do ideal às necessidades dos assentados (considerando também valores de uso do espaço dos assentados), e os assentados que são aqueles que colocam os planos desenvolvidos na prática, no espaço vivido.

É justamente durante a implementação do planejamento que estas diferenças estão se mesclando, se rearranjando, em alguns casos, em outros se mantendo mais enrijecidas – por exemplo, para aqueles que não participam das atividades coletivas de organização interna do assentamento. Enquanto para alguns o trabalho individual representa maior liberdade e segurança quanto à apropriação dos lucros, menos risco de conflitos e segurança para o futuro dos filhos; para outros o trabalho coletivo é o que significa possibilidade de maior produtividade e segurança.

Como produto das diferentes demandas territoriais provenientes das diferentes concepções de espaço dos agentes que estão ligados ao assentamento, se reconstrói a identidade dos assentados e se transforma o espaço vivido do assentamento; pois se conjugam interesses e traços próprios dos indivíduos assentados com exigências de agentes externos e compromisso político com o MST, que condicionam parcialmente seu espaço vivido.

O planejamento de uso do solo se insere no assentamento visando atender as características do local: da comunidade, do meio físico da área e das orientações previamente colocadas para o planejamento produtivo, que está em fase de construção. Ou seja, o manejo elaborado tem influência, mesmo que indireta, do planejamento territorial e produtivo do MST, sob uma base agroecológica, e das premissas do INCRA e IEF; assim como dos traços do grupo assentado. As sinergias do planejamento se dão com relação aos pontos que se basearam na realidade do assentamento, na capacidade de investimento das famílias, disponibilidade de mão-de-obra, interesses dos assentados e coerência com a organização do sistema produtivo existente.

Há vontade por parte de muitos dos assentados em incorporar as diretrizes propostas da Agroecologia, pois esta alternativa requer menor investimento. Os assentados demonstram sensibilidade perante o ideal da sustentabilidade, pois têm dificuldade em prover a própria subsistência e sabem o quanto seria mais fácil se a terra encontrada tivesse sido utilizada sob esta perspectiva, gostaria de deixá-la em boas condições para sua geração futura.

Contudo, a incorporação de técnicas que não fazem parte da vivência daqueles que já possuíam experiência no trabalho com a terra, como plantio direto, estabelecimento de cordões de contorno em nível, etc.; é difícil sem um acompanhamento inicial constante dos assentados pelos técnicos. As pessoas de origem urbana normalmente não têm costumes pré-estabelecidos de trabalho com a terra, mas seguem o que está mais a sua vista, ou seja, o que é mais comum estar sendo feito pelas pessoas de origem rural, que as ajudam em grande parte na tomada de decisões. Também os hábitos urbanos apontaram algumas características que interferem no trabalho daqueles que possuem origem urbana, como: acordar tarde, ter o costume de complementar a alimentação com produtos comprados e buscar por atividades diferentes das que sejam o trabalho direto com a terra. Para estas pessoas, por exemplo, seria interessante trabalhar com o beneficiamento de produtos da agricultura.

Esbarra-se em fatores como: qualidade de terras e recurso para investimento em atividades potenciais estipuladas e viabilidade prática do emprego de técnicas agroecológicas de manejo do solo. Até que a qualidade das terras seja recuperada, os assentados precisariam aguardar sob baixíssimos níveis de produtividade, fato que torna difícil adotar integralmente este modelo neste momento de estabelecimento nos lotes. A não utilização de tratores, por exemplo, implicaria em maior dispêndio de energia pelos assentados, cuja maioria tem idade acima de 40 anos ou inferior a 17 anos, como foi observado anteriormente no levantamento da AESCA.

Também o número de pessoas por família, que costuma ser pequeno, implica em pouca mão-de-obra para o serviço de aragem e preparo do solo para o plantio manual. As maiores dificuldades observadas, que permeiam o espaço vivido do assentamento na adoção do planejamento proposto são: falta de recurso (há uma relação distante e obscura com o INCRA, que poderia estar promovendo meios para a obtenção de subsídios segundo as necessidades mais básicas e urgentes das famílias para poderem dar início a suas atividades produtivas) e a enorme demanda por assistência técnica (pois mesmo havendo trabalhos como o da equipe de PDA e outros projetos, não se consegue atender a demanda específica de todas as famílias).

No caso dos planejadores do MST, que têm um compromisso social e político, a concepção de espaço adotada se baseia em primeiro lugar na segurança alimentar e na sustentabilidade, ou seja, valores de uso, o que auxiliaria a resolução de muitos conflitos entre o que as famílias desejam e o que é proposto. Quanto ao planejamento produtivo do PDA há limitações para o trabalho participativo de assistência técnica aos assentados, uma vez que há uma incoerência entre os recursos e o cronograma proposto na elaboração do PDA, que limitam a disponibilidade necessária para a realização dos trabalhos participativos junto com as famílias de forma efetiva. Em muitos casos as famílias necessitam ser capacitadas para que eles possam acompanhar os processos administrativos e técnicos que envolvem a elaboração de um PDA.

Embora, no caso do assentamento Olga Benário tenha havido um diferencial em relação a este aspecto, devido à proximidade entre o assentamento e a residência dos técnicos envolvidos, permitindo idas mais freqüentes ao campo; os técnicos consideraram o tempo insuficiente para realizar os trabalhos junto aos assentados de forma satisfatória. Tais problemas indicam certa incoerência entre o objetivo proposto pela metodologia de planejamento e a viabilidade real de sua execução, que, na prática,

não considera as temporalidades dos assentados e explicam a limitação presente nos trabalhos de cunho participativo e demais projetos visando o desenvolvimento de pequenos agricultores.

O planejamento de uso do solo elaborado na Monografia apresenta limitações para ser adotado em relação também à carência por recurso e assistência técnica. Suas propostas demandam o emprego de muito capital e mão-de-obra, dificultando sua possibilidade de execução. Comparando-se os dois planejamentos percebe-se que o planejamento gerado na monografia propôs estratégias de maior inserção no mercado local para os assentados, atividades comerciais e de beneficiamento dos produtos, visando uma maior autonomia das famílias, o que, através somente da produção, seria mais difícil. O planejamento da AESCA se centrou em necessidades mais urgentes de conservação e recuperação ambiental. O desenvolvimento socioeconômico dos assentados teria, segundo este ponto de vista, mais meios de ser obtido, porém há uma grande dificuldade que os assentados passam neste período de início do desenvolvimento de suas atividades produtivas, com pouco apoio financeiro.

O planejamento territorial precisa considerar a experiência produtiva acumulada ao longo da história das famílias, as formas de trabalho que os grupos definirem com as quais melhor se identificam e das prioridades que a comunidade estabelecerá para si (VILELA, 2002). Azevedo (2002) destaca o papel da preservação da identidade e das diversidades no que seria sustentabilidade social e cultural.

Uma série de sugestões é dada, mas os meios para se efetuar o planejamento, que estão na base da viabilidade prática do que está contido no discurso de Reforma Agrária não ocorre. Há muita dificuldade para permanecer na terra, que só pode ser suportada por pessoas que já viveram anteriormente em acampamentos, ou que sofreram a espoliação do capital e por isso se lançaram na luta, por desacreditarem e se cansarem de se subjugarem a outras formas de exploração. Há também pessoas que são corruptas e se ligaram ao movimento sem a consciência política necessária, que se aproveitam do movimento para obterem terra e a deixarem em seguida. Este fato sustenta a idéia divulgada pela mídia de que de nada adianta dar terra, porque as pessoas não podem permanecer nela.

Esta idéia equivocada e carregada de interesse ideológico em enfraquecer os movimentos sociais e o apoio a elas por parte da população nacional denigre a

integridade dos movimentos sociais, se aproveitando de sua fraqueza. Porém se sabe que mesmo no governo nacional, entre os políticos, ocorre muita corrupção, qualquer organização política, movimento social, está sujeito a isso. Mediante a realidade política que presenciamos, repleta de injustiça, abuso de poder e falta de compromisso com a sociedade, como pode se culpar uma pessoa sem muita instrução, sem nenhum outro meio de se sustentar, ou que vive sob condições subumanas de trabalho para sua sobrevivência por se aproveitar dos recursos oferecidos pelo movimento?

Por que não se divulga as mazelas e limitações da Reforma Agrária? Não se divulga o que é função social da terra e a discrepância em números entre os produtos da agricultura familiar e do latifúndio e entre o apoio que o governo concede a ela e os benefícios das políticas públicas do governo para este setor do espaço agrário? Em suma, a política de assentamento, ou política compensatória, denominada no discurso político nacional de Reforma Agrária, concede a terra, mas não viabiliza os meios justos para a permanência dos assentados no assentamento, que ocorre com muito esforço, sacrifício e resistência dos assentados, como se identificou neste trabalho.

O discurso do desenvolvimento sustentável prega que tecnologia e medidas administrativas são capazes de promover sustentabilidade ambiental (ZHOURI, 2008), mas apresenta-se muito limitado; pois sem a modificação do padrão geral de organização socioespacial, tanto do meio urbano quanto rural, da estrutura fundiária e do modelo de desenvolvimento econômico e político atual obtém-se um pequeno avanço, efetivamente incapaz de conter a crise social e ambiental que se vive atualmente.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diversas entidades envolvidas na implantação de assentamentos rurais, dentre elas: técnicos, assentados, INCRA, órgãos de licenciamento ambiental, prefeitura e outros agentes locais. Cada uma delas possui seus próprios pressupostos e concepções sobre o espaço e posicionamentos políticos que formam uma teia complexa de relações na configuração do espaço vivido do assentamento. Havendo diferentes prioridades para cada grupo é difícil o planejamento participativo garantir a defesa de todos os interesses do grupo assentado.

Há ainda o agravante de que o espaço vivido dos assentados ainda está sendo construído no momento do planejamento, ou seja, está sendo também moldado por “sugestões” e proposições e de que as famílias possuem um histórico de vida bem diverso e estão submetidas à orientação política do MST. Para os que já participavam do movimento há um forte compromisso com seus princípios de organicidade, para os demais se observou que foi preciso apreender uma nova forma de organização produtiva.

Devido estes fatores, pode-se constatar que, mesmo considerando esforço excepcional dos planejadores do assentamento Olga Benário, surgem situações conflituosas quando o planejamento se aplica ao espaço vivido; o que foi evidenciado, sobretudo, na insatisfação de alguns moradores com a execução do parcelamento, que estão ligadas ao condicionamento imposto pelo INCRA à forma como o planejamento deve ser executado (com pouco recurso e poucas visitas aos assentamentos, gerando dificuldade de entendimento para muitos sob o que é decidido e carência de assistência técnica).

Outros conflitos surgiram em relação à implementação de áreas coletivas, seguindo as diretrizes gerais do MST, algo que não foi possível implementar em todos os núcleos de base e que requer maior assistência para que os assentados saibam se organizar e dar andamento a suas atividades em grupo.

De modo geral, os resultados mostram que o cronograma de atividades do planejamento é incompatível com a verdadeira temporalidade dos assentados e insuficiente para o suprimento de suas demandas. Portanto, a sustentabilidade almejada pelo discurso atual envolvendo o planejamento participativo, embora desejável, mostra-se questionável devido às incoerências com relação ao que se propõe e o que é possível fazer.

8 – BIBLIOGRAFIA

AB’SABER, A. N. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. Geomorfologia.** São Paulo: Ateliê Editorial. 1970. v. 20, 26p.

AZEVEDO R. A. B. A sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural. **Revista de agricultura tropical.** Cuiabá, v.6, n. 1.2002. p. 9-42

BERGAMASSO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números.** Estudos Avançados. 11 (31), 1997. p. 37-49.

AESCA (Associação Estadual de Cooperação Agrícola). **Plano de Desenvolvimento do assentamento Olga Benário.** Belo Horizonte, 2008.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: EMBRAPA, 2006. 306 p.

FERNANDES, Bernardo, M. **MST: formação e territorialização.** 2. ed. São Paulo. Hucitec, 1999. 285p

FREITAS, H. R. **Distinção de ambientes e parcelamento de assentamentos rurais: uma abordagem metodológica.** Viçosa; Universidade Federal de Viçosa, 2005. 152p. (Tese de Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas).

GRAZILIANO da SILVA, José. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar; 1982.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto; 2002.

INCRA. **Reforma Agrária e Meio Ambiente: Seminário interno INCRA/MG – Metodologias para tratamento da questão ambiental no processo de reforma agrária.** Belo Horizonte, MG. 1999. 55p.

LASCHEFSKI, K. O comércio de carbono e a industrialização de paisagens: Bioenergia e conflitos socioambientais. In: LIMA, M. C. (Org.). **Dinâmica do Capitalismo Pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento.** São Paulo: Unesp, 2008. 374p.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes (Idéias sustentáveis).** (Tradução de Gloria Maria Vargas) Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MANCIO, D. **Percepção ambiental e construção do conhecimento de solos em assentamento de Reforma Agrária.** Viçosa; Universidade Federal de Viçosa, 2005.152p. (Tese de Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas).

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em Questão. **Revista Terra Livre.** São Paulo, Ano 18, n. 19. jul./dez. p. 95-112. 2002.

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, 1999. 204p.

NOGUEIRA, R. F. **A organização sócio-espacial do assentamento Olga Benário**. Viçosa; Universidade Federal de Viçosa, 2007. 63p. (Monografia apresentada ao curso de Geografia).

RIBEIRO NETO M. J. A. **Importância dos aspectos sócio-ambientais na elaboração de propostas de parcelamento de terras em assentamentos rurais**. Viçosa; Universidade Federal de Viçosa, 2007. 47p. (Monografia apresentada ao curso de Engenharia de Agrimensura).

SOUZA, M. J. L. Conceitos e temas. O Território: Sobre espaço e poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Gomes, Paulo Cezar da; Corrêa, Lobato, (Org.) **Conceitos e Temas**, 10ª Edição – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

SPAROVECK, G.; (org). **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira**. São Paulo. Páginas & Letras Editora e Gráfica. 2003. 204p.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Trad: FERNANDES, L. L. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VILELA, M, de F. **Interação de técnicas de Geoprocessamento e levantamento participativo de informações sócio-ambientais: um subsídio para a reforma agrária**. Viçosa; Universidade Federal de Viçosa, 2002. 135p. (Tese de Doutorado em Ciência Florestal).

ZHOURI, A. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. LIMA, M. C. (Org.). In: **Dinâmica do capitalismo pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2008. 374p.